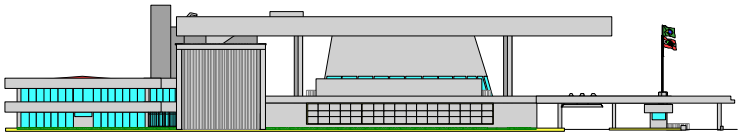
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII | FLORIANÓPOLIS, 27 DE MAIO DE 2008 | NÚMERO 5.897

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Drevek

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
Edson Piriquito– Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1908**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 039ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 21/05/2008.....2
Ata da 040ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 21/05/2008...12
Ata da 010ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 21/05/2008 17
Ata da 011ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 21/05/2008 18

Publicações Diversas
Ata da Procuradoria.....23
Ata de Comissão Permanente..... 23
Mensagem Governamental..... 24
Ofícios.....26
Portarias 27
Projeto de Lei 28
Redações Finais.....28

P L E N Á R I O

ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Silva - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro -Darci de Matos - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos -Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jaime Pasqualini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Marcos Vieira - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Analisa a atual momento econômico do país.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reclama da má sinalização em trecho da SC-301.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Tato, de Saltinho.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica a criminalização dos movimentos sociais.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (pela ordem) - Registra a presença do assessor da Câmara de Vereadores de Tubarão, Luiz Cechinel, e sua esposa, e dos vereadores mirins de Santa Rosa de Lima.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores de Saltinho.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala sobre sua participação na 12ª Conferência Nacional da União Nacional dos Legislativos - Unale.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discorre sobre a volta da maldita inflação no país.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Parabeniza a Cravil pelo 37º aniversário; comenta o VI Congresso de Engenheiros Agrônomos, realizado em Florianópolis; refere-se à solenidade alusiva aos 25 anos do Sindicato de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina; convida para a assinatura da medida provisória do Prêmio Jubilar; enfatiza as inúmeras obras do governo Luiz Henrique.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Congratula-se com a Cravil pelos serviços prestados ao longo de sua história.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Elogia o trabalho da Polícia Militar em Joinville e na região norte do estado; pede a reabertura do diálogo com a Aprasc.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos a respeito da reabertura de negociação do governo com a Aprasc.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Agradece a solidariedade com as reivindicações dos policiais militares.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Associa-se ao deputado Darci de Matos e faz apelo ao governador para que reabra as negociações com a Aprasc.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha o voto ao veto total ao PL 0002/2007, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha o voto ao veto total ao PL n. 0003/2007, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível em Santa Catarina.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto ao veto total ao PL n. 0003/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível em Santa Catarina.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Discute o veto parcial ao PL 0456/2007, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Carmelina Alves Filha Berjona, do PP de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha a votação do veto total ao PL 0044/2007, de sua autoria, que autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito em Santa Catarina.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto parcial ao PL 0451/2007, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a destinar estruturas físicas e a incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação da atividade laboral por parte dos sentenciados do sistema prisional de Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do veto total ao PL 0192/2007, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Catarinense de Qualidade dos Biocombustíveis produzidos por pequenos agricultores.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Encaminha votação de moção de sua autoria, a ser enviada ao presidente da Infraero, apelando para que sejam tomadas providências imediatas quanto ao lançamento do novo edital de licitação para contratação dos projetos executivos do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença da vice-prefeita de Ouro, Nadir Margarida Nardi, e do secretário de Urbanisno, Sérgio Moresco.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Convoca os membros da comissão de Constituição e Justiça para uma reunião extraordinária às 14h30 para deliberar sobre o PL 0129.

DEPUTADO JAIME PASQUALINI (pela ordem) - Registra a presença do promotor de Justiça Ivens José Thives de Carvalho.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença da presidente da Câmara Municipal de Otacílio Costa.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pede providências contra os preços dos fertilizantes.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Rebate as críticas do deputado Marcos Vieira ao governo federal.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Expressa sua convicção de que se deve manter setores estratégicos do país na mão de estatais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrito o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes na nossa Casa, estou falando hoje em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores para dizer, com muito orgulho, que nos últimos dias está havendo uma divulgação muito grande na imprensa nacional, estadual e regional do novo momento que o Brasil vive.

Eu vou trazer aqui para os trabalhadores do nosso estado uma notícia importante: continua havendo recorde na geração de empregos no Brasil, pois em quatro meses do governo Lula foram criados 850 mil empregos formais. Essa é uma questão importante para o trabalhador que estava desempregado, que tinha dificuldade de obter renda para sustentar sua família.

Então, a geração de empregos com carteira assinada bateu novo recorde histórico nos primeiros quatro meses de 2008, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do ministério do Trabalho. Esse é o melhor resultado dos últimos 17 anos de acompanhamento da geração de empregos no país.

De acordo com o registro, foram gerados, do começo do ano até abril, 850 mil novos postos formais de trabalho. Nos últimos 12 meses, o nível de emprego com carteira assinada cresceu 6,29%, o equivalente à criação de 1.764.735 novos postos. O resultado é superior ao acumulado observado em 2007, que havia registrado a criação de 1.360.799 vagas, um crescimento de 5,04% em relação a 2006.

Em Santa Catarina também houve um aumento significativo, acompanhando esse crescimento nacional. Nos quatro primeiros meses deste ano foram criados 43.992 postos de trabalho com carteira assinada, um crescimento de 3,02% no ano - desempenho recorde de toda a série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Nos últimos 12 meses foram criados mais de 84 mil empregos aqui em Santa Catarina.

Segundo o ministério do Trabalho, houve expansão do emprego formal em todos os setores formais da economia no mês, com destaque para o setor de serviços, seguido pela indústria e pelo setor agrícola. Houve recorde também para 2008. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, prevê a criação de 1,8 milhão de postos de trabalho com carteira assinada em 2008. Em 2007, o recorde foi a criação de 1,61 milhão de empregos formais.

Por que o Brasil vive esse momento? Por acreditar que o papel do estado é promover a igualdade! O governo Lula retomou as iniciativas de planejamento de projetos capazes de induzir a retomada do desenvolvimento. Somente um trabalhador, que durante a sua vida lutou pela melhoria da condição de trabalho, lutou pela geração de mais empregos, poderia ver a perspectiva do desenvolvimento e entender que são os governos que têm que impulsionar uma estratégia de desenvolvimento. E é isso que se está fazendo no país.

Não se pode comentar por aí que esta é uma fase internacional e que o Brasil aproveita a carona. O nosso partido, desde a sua fundação, sempre viu uma contradição em muitos governos, sempre viu uma contradição na visão de muitos empresários que entendiam que o Brasil precisava manter um dos mais baixos salários do mundo para poder contratar mais gente. A estratégia que se constrói, hoje, é inversa: ela valoriza, sim, o salário mínimo, valoriza melhorar o poder aquisitivo dos trabalhadores e a partir disso melhorar a economia, o desenvolvimento e o investimento dos nossos trabalhadores.

Esta é a novidade do nosso país: o grande mercado de consumo interno que o país tem hoje, crescendo a cada dia, aumentando o número de trabalhadores com carteira assinada, melhorando o poder aquisitivo da população que está gerando essa nova perspectiva e fazendo a política de distribuição de renda crescer. Os pobres também estão começando a consumir e isso está fazendo a indústria produzir mais, aumentar o setor de serviços e melhorar, conseqüentemente, o consumo de alimentos. E isso vem mexendo na economia agrícola do Brasil, que é um dos setores que têm mostrado também um grande crescimento.

Então, essa é a estratégia que o Brasil vem construindo, com uma perspectiva de fortalecer um grande mercado interno. Até temos fatos, como ontem publicaram o *Diário Catarinense* e *A Notícia, di*zendo que em Rio do Sul há trabalhadores que vieram do nordeste, do Ceará, para trabalhar, que há empresas que estão buscando fora do Brasil empregados, como na Bolívia, no Paraguai e na Argentina, para aqui trabalharem. Portanto, isso nos dá uma dimensão do que significa esse novo momento estratégico que o Brasil vive.

Com essa visão de o estado ter políticas estratégicas de investimento e de fortalecimento do poder aquisitivo dos trabalhadores e de dar oportunidade para o conjunto da população é que nós defendemos tanto em Santa Catarina a aprovação de uma lei que implante um piso mínimo regional de salário.

Até estranhamos que esse projeto não tenha vindo ainda para esta Casa. Entendemos que o governo do estado de Santa Catarina tem que mandar essa matéria para cá, e há uma cobrança muito grande nesse sentido. Ontem recebemos um documento da Central Única dos Trabalhadores cobrando do estado a criação do piso mínimo de salário em Santa Catarina.

Então, é uma maneira de melhorar ainda mais a renda dos nossos trabalhadores e desenvolver mais o nosso estado, criando uma condição de vida cada vez melhor para os catarinenses, principalmente para a grande massa de trabalhadores catarinenses.

Registro, portanto, essa nova perspectiva que o Brasil vive. E o estado de Santa Catarina, dentro dessa estratégia de investimento, de aumento de exportação, de investimento em políticas sociais que o governo federal vem fazendo, inclusive cobrando na Lei de Diretrizes Orçamentárias um investimento maior do nosso estado em políticas sociais, em políticas de desenvolvimento, para o conjunto da sociedade catarinense...

Então, nessa perspectiva, queremos agradecer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A Presidência registra a presença dos vereadores-mirins do município de Santa Rosa de Lima, cumprimentando o sr. Rudinei Pacheco, presidente da Câmara de Vereadores.

Também registra a presença dos acadêmicos do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo responsável é o professor Francisco José Karam.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, na sessão de ontem tivemos aqui várias manifestações de elogio ao governo, porque com relação a algumas realizações temos que reconhecer, como é o caso da pavimentação dos acessos aos municípios, a administração estadual tem-se saído bem. Isso é importante, necessário e eleva a qualidade de vida da população, dota os municípios de mais potencial de desenvolvimento. Devemos lembrar também que esses recursos foram contratados, lá em 2002, ainda pelo governo Esperidião Amin, mas temos que reconhecer que o atual governo deu seqüência a esse projeto tão importante para os municípios e para Santa Catarina.

Por outro lado, volto a questionar a situação de Santa Catarina no que diz respeito a investimentos, que são necessários na pavimentação, no sistema viário, mas também são indispensáveis na educação, na saúde, na assistência social e na habitação.

Ontem, fizemos aqui uma breve manifestação a respeito de uma escola de Canoinhas, em que os alunos tiveram um dia de aula na rua. A reforma daquela escola foi iniciada em 2005, ainda não foi concluída e no desespero - porque não há mais paciência dos pais, dos alunos e dos professores de ouvir promessas, propaganda e na prática não se concluir uma obra tão importante na área da educação -, houve a mobilização dos professores, alunos e pais e, em forma de protesto, realizaram um dia de aula na rua.

Como tenho evidenciado nesta Casa, as secretarias Regionais, nesse modelo de descentralização, não deram e não estão dando, certo, porque privilegiam os cargos na engenharia político-partidária e não em investimentos na educação, na saúde, no sistema viário, na habitação e assim por diante. Prova disso é que lá em Canoinhas os colaboradores da secretaria Regional, imediatamente após uma manifestação através do meio de comunicação, foram a essa escola e, de forma muito agressiva, verbalmente, ameaçaram os professores e os colaboradores daquela escola.

Então, repito, esse modelo de descentralização, de engenharia político-partidária não funciona. Lá na minha região, em São Bento do Sul, em Campo Alegre e em Rio Negrinho, temos um trecho da rodovia SC-301, que faz a ligação de São Bento do Sul e de Campo Alegre ao estado do Paraná, no município de Piên, que é vital para a economia, não só para São Bento do Sul, de Rio Negrinho e de Campo Alegre, mas também de Jaraguá do Sul e de Joinville, porque faz a ligação com o estado do Paraná, mais precisamente com Curitiba. Naquele trecho há tanto um intenso tráfego de veículos pesados, quanto de veículos leves, porque além da economia que se transporta nesta rodovia, há também um fluxo de veículos de turistas, de pessoas de negócios que vêm de São Paulo e de Curitiba e que passam por aquele trecho da SC-301, São Bento do Sul, Fragosa, divisa com o Paraná.

Não é possível que ali ao lado, no município de Mafra, na secretaria Regional, que tem aproximadamente 14 funcionários, um desses colaboradores não possa sair um dia da secretaria e passar naquele trecho para constatar a falta de sinalização completa. Provavelmente eles não vão, porque se forem à noite, com neblina, vão ter que levar mais um funcionário com uma lanterna de pilha na frente do carro para poder orientar-se e não correr risco de acidentar-se.

Ora, quando falei esses dias que o dinheiro está com dificuldade de subir a serra Dona Francisca, foi uma constatação verdadeira, porque não é possível que não haja dinheiro para comprar algumas latas de tinta e fazer, pelo menos, a sinalização horizontal, se não dá para fazer a vertical. É impossível! E a insegurança é total! É impossível transitar sem correr risco, tanto o usuário do veículo quanto o pedestre, o ciclista, porque o movimento lá é intenso.

Que não dê para fazer a recuperação da pavimentação, deputado Altair Silva, até nós entendemos, porque o governo tem priorizado outras coisas; tem priorizado filmes, além de outras atividades que são prioritárias para o governo, como os próprios cabides de emprego. Mas não é possível que não se economize um pouco para dar o mínimo de segurança a uma rodovia, a um trecho de uma rodovia tão importante como aquela que nós transitamos e que tantas outras pessoas transitam correndo risco de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença do vereador Tato, acompanhado por outros companheiros. Ele é vereador lá de Saltinho, do nosso glorioso PSDB, e está em Florianópolis para tratar de diversos assuntos de interesse daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. Deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão.

Gostaria de falar, neste espaço, sobre uma audiência pública que a comissão de Segurança vai realizar na semana que vem, na próxima quarta-feira, dia 28, para tratar da criminalização dos movimentos sociais. A iniciativa é deste parlamentar, a pedido do Comitê Catarinense Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais.

Esse é um termo relativamente novo e desconhecido nos meios sociais, mas tem bastante significado para todo o conjunto de movimentos, de organizações, de entidades e de ativistas das causas populares. Criminalizar significa tornar crime uma atividade ou um comportamento antes considerado legal. E é mais ou menos isso que tem acontecido na sociedade brasileira nos últimos dez anos. Depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, as forças populares avançaram na possibilidade de organização e na potencialização das formas de luta pelos direitos sociais. O estado democrático de direito, tão propalado e que está garantido principalmente no art. 5º da Constituição Federal, está ameaçado a partir do momento em que os poderes e as instituições do estado estão sendo usados para restringir direitos e garantias fundamentais, deputado Pedro Uczai, numa sociedade que se diz democrática.

Em nível interamericano, contestar a hegemonia imperialista, definir política de soberania nacional, recusar a verdade pretensamente absoluta do deus mercado, passou a ser designado pelos donos do poder como terrorismo ou atitude de simpatia ao terrorismo. De forma que é proibido contestar a ordem vigente em nível planetário. Aqui no Brasil chegamos ao absurdo de ter, neste momento, até dirigentes do movimento popular proibidos pela Justiça, ou, pelo menos, por alguma esfera da Justiça, de falar em público sobre a importância da reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, ou seja, a liberdade de manifestação do pensamento, de expressão, de organização e de contestação das políticas públicas ou das políticas privadas estabelecidas pela sociedade está sendo cassada na sociedade brasileira.

Em Santa Catarina nós temos vários casos, como o dos estudantes do passe livre, que foram processados e proibidos de chegar perto dos terminais de ônibus em nome do direito de ir e vir, uma coisa absolutamente esdrúxula. Os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina estão sendo processados e inquiridos pela Polícia Federal, com o risco de ser expulsos da universidade, por requererem aumento na bolsa de trabalho, por requererem que uma bolsa de trabalho seja remunerada pelo menos com o valor do salário mínimo, o que caracteriza, inclusive, trabalho escravo. Temos esses processos em andamento na nossa sociedade, inclusive na nossa cidade e na nossa Universidade Federal.

Existem praças da Política Militar e do Corpo de Bombeiros processados por reivindicarem salários de direito, com medidas judiciais proibindo a manifestação em determinados locais, determinando multa com valor absolutamente descabido por um dia de paralisação. Isso para vários sindicatos que têm feito greve e buscado fazer greve em nosso estado, antes mesmo da greve ser julgada se é legal ou ilegal.

Então, por causa disso, dessas questões e de várias outras questões, acontecerá essa audiência pública, na quarta-feira que vem, para discutirmos a criminalização dos movimentos sociais, porque se manifestar não é crime, está na Constituição, todo cidadão brasileiro tem esse direito.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Genésio Goulart.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa, com muita satisfação e com muita alegria, do nosso assessor da Câmara de Vereadores de Tubarão, Luiz Cechinel, e sua esposa, Fabíola Cechinel, que é diretora da Escola Henrique Fontes, de Tubarão, como também dos vereadores mirins do município de Santa Rosa de Lima, que estão-nos prestigiando.

Sejam todos bem-vindos! E muito obrigado pela presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Mais uma vez esta Mesa faz o registro.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, só para registrar a presença dos nossos vereadores do município de Saltinho, que nos dão a alegria da sua presença nesta Casa, pois vieram à capital para cuidar de interesses daquela municipalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A Mesa Diretora faz o registro da presença dos vereadores de Saltinho.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Clésio Salvaro, muito nos honra tê-lo presidindo esta sessão.

Quero cumprimentar também os demais integrantes da mesa, os srs. presidentes das comissões, as sras. Deputadas, os srs. deputados, os funcionários desta Casa, os amigos que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital; quero cumprimentar ainda os nossos visitantes que nos honram com sua presença acompanhando os trabalhos deste Parlamento.

Sr. presidente, recebemos uma convocação da União dos Legislativos Estaduais, a Unale, que estará realizando a 12ª Conferência Nacional dos Legisladores Estaduais. Essa Conferência se realizará em Fortaleza, no estado do Ceará, nos dias 28, 29 e 30 deste mês e o tema abordado será a reforma tributária.

Existem tantas reformas. A reforma da Previdência veio, mas trouxe danos para alguns trabalhadores. O tema da reforma tributária é muito importante, porque somos nós que pagamos os tributos.

Srs. deputados, faço parte da diretoria executiva da União dos Legislativos Estaduais. Eu, como titular, o deputado Romildo Titon, como suplente e o deputado Joares Ponticelli no conselho fiscal. No dia 30 nós teremos novas eleições e esta deputada é candidata novamente. Já temos a nossa vaga garantida. Então, quero convidar todos os srs. deputados e sras. Deputadas para que nos acompanhem nessa comitiva. Estamos mandando os convites para os seus gabinetes. Todos poderão participar conosco, inclusive o deputado Renato Hinnig, que é o presidente da subcomissão, juntamente com o deputado Décio Góes que é o relator, e esta deputada é a secretária dessa subcomissão.

Então, vamos estar muito atentos. Vamos ter os nossos posicionamentos e os de v.exas. que não puderem comparecer. Teremos também um momento no qual os srs. deputados terão oportunidade de expor suas leis, seus projetos. Inclusive, já agendei um espaço para falar, pois pretendo expor alguns dos nossos projetos como o cursinho pré-vestibular gratuito para a rede pública de ensino; a cartilha dos direitos dos pacientes, que já é lei e está inserida na entrada de todas as unidades hospitalares; o disque denúncia nas escolas, que já é lei, e muitos outros.

Então, quero agradecer à assessoria desta Casa, através da Sonia Arruda, que é a nossa secretária, uma funcionária que está designada para dar toda a cobertura e assessoria para a União dos Legislativos Estaduais.

Agradeço a oportunidade. Estarei ausente na semana que vem, mas trarei a v.exas. um relatório de toda a nossa atuação lá em Fortaleza, no Ceará.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado líder da bancada, Marcos Viera, por até oito minutos.

Esta Presidência registra a presença dos vereadores de Santa Rosa de Lima, Claudiomir Mendes e Rudinei Pacheco, presidente da Câmara Municipal. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, há um assunto que vem preocupando a sociedade brasileira nos últimos 60 dias, são manchetes e manchetes de jornais, são chamadas de rádio e de televisão que vêm prendendo a atenção da população brasileira sobre a volta da maldita inflação.

(Passa a ler.)

"Os preços dos alimentos continuam subindo assustadoramente. Trigo, arroz, leite e carne bovina são os vilões na mesa do trabalhador, do consumidor, daquele que ganha menos.

Para se ter uma idéia, em janeiro, a saca do trigo custava R$ 53,00; hoje, deputado Romildo Titon, v.exa. que mora numa região altamente produtora de grãos, a saca do trigo está custando R$ 105,00. Aonde vamos chegar? Em abril, o preço do pão francês subiu mais de 14%; os donos das padarias já sentem a queda do movimento por conta do aumento do pão francês. E, é lógico, a população está comendo menos pão! Com o preço lá em cima, cai o consumo.

Além das padarias e dos supermercados, agora são os restaurantes que reajustam os preços". Os jornais do país inteiro já estampam manchetes como esta: "Restaurante reajusta após a alta dos alimentos". O efeito é em cadeia. A população sofre nos supermercados e o trabalhador, que precisa alimentar-se num restaurante durante o dia, também sofre com a alta.

(Continua lendo.)

"Neste último mês de abril, alguns cardápios tiveram um acréscimo de quase 20% e há programação para mais aumentos no mês de julho.

Mas não são só os alimentos que estão subindo. Matérias-primas que estão na base da cadeia produtiva, como plásticos, aços e fertilizantes, também registraram alta nos preços. Assim como habitação, transportes, despesas pessoais e vestuário.

Dos itens que compõem o IPC da Fipe, 61% apresentaram elevação este mês. Os economistas já alertaram para a possibilidade da inflação ficar acima da meta do governo, pode chegar a 6% neste ano. Os jornais mostram inflação em alta, são as matérias que aparecem em todos os jornais do país.

A expectativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA, que serve como meta de inflação, subiu pela oitava semana seguida e deve fechar o ano em mais de 5%, quase 6%. Se confirmado, o indicador ficará acima da meta da inflação para este ano.

O consumidor sofre com essa enorme carga, além de pagar elevados impostos e ver seu custo de vida aumentar a cada dia. E a inflação afeta mais o consumidor de baixa renda, as famílias mais pobres gastam proporcionalmente muito mais com alimento do que as com renda maior. As compras com alimentos respondem por 40% do orçamento familiar de renda menor."

Para onde vai esse lucro? É para o agricultor? Evidentemente que não! O agricultor está fazendo a sua parte, está produzindo cada vez mais, mas está recebendo cada vez menos. Há algo errado na cadeia que vai até a mesa do consumidor.

(Continua lendo.)

"Enquanto isso, o governo federal divulga registros de recordes de arrecadação excepcional. No mês passado apenas a soma dos tributos administrados pela Receita Federal superou cerca de R$ 1,5 bilhão, essa foi a previsão para o mês de abril. A arrecadação de abril supera a previsão de mais de R$ 1,5 bilhão. São os jornais do país inteiro a mencionar esse valor."

O governo federal quer a volta da CPMF, pois estão arrecadando cada vez mais. Cálculos preliminares apontam que pelo menos R$ 15 bilhões poderão entrar a mais do que o projetado. Só o Imposto de Renda deverá engordar os cofres públicos em cerca de R$ 168 bilhões. São manchetes no Brasil inteiro. Não é o deputado Marcos Vieira que está dizendo que a carga de impostos aumentou consideravelmente, que o governo federal continua arrecadando, que a alimentação está subindo, que o fertilizante está subindo! Não sou eu, são os jornais, são os rádios, são as televisões, é o próprio presidente Lula!

Hoje ainda, pela manhã, no *Bom Dia Brasil*, o repórter disse: "A inflação é ruim para o pobre." Mas, presidente, diga na televisão qual é a solução! Diga, presidente! Nós sabemos que é ruim para o pobre, ele sabe! O pobre está saindo do supermercado com o carrinho mais vazio, com menos alimento!

Ontem, ainda, no *Jornal Nacional* ou num jornal de âmbito nacional, disse uma senhora: "O almoço de domingo com convidados não irá haver mais, porque não há dinheiro para comprar!"

(Continua lendo.)

"Os técnicos do governo federal acreditam que a arrecadação da União com os *royalties* de petróleo e participações especiais ficará bem acima da previsão do próprio governo. Além disso, a lucratividade das estatais também trará mais dividendos ao governo. A Petrobras registrou um acréscimo de 68% no lucro no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. A Eletrobrás, igualmente e o Banco do Brasil, 66%."

O governo federal tem dinheiro para investir em saúde, sim, em educação, sim, em infra-estrutura, sim! Não precisa trazer de volta a CPMF, deputado Peninha! Não precisa! Há dinheiro demais. É só abrir o cofre. Abra o cofre e mande dinheiro para os municípios. Abra o cofre e resolva a questão da saúde, da infra-estrutura, da educação neste país! Presidente Lula, dê um basta à inflação! Termine com a inflação que está prejudicando a nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Rogério Mendonça, por um tempo de até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, eu gostaria de usar este espaço do meu partido para fazer referência à visita que fiz, no último final de semana, à cidade de Rio do Sul, deputado Jaime Pasqualini, com muito orgulho. E até comentávamos agora sobre a possibilidade de, no mês de junho, termos outro deputado do alto vale nesta Casa. Estamos, a bancada do Democratas e a bancada do PMDB, dispostos, cinco deputados, a licenciar-nos para que os suplentes possam assumir, e na ordem de suplência, o quinto suplente do Democratas é o ex-prefeito de Ituporanga, Carlos Hoegen.

Eu estou, inclusive, colocando o meu nome à disposição também para me licenciar, a pedido do presidente de meu partido, Eduardo Pinho Moreira, do governador, dos membros da nossa bancada, até porque sabemos que ninguém aqui se elegeu sozinho. Nem o deputado Herneus de Nadal, que foi o deputado mais votado da história desta Casa, não se elegeu sozinho e dependeu dos suplentes. A bancada do PP tem tomado essa iniciativa de permitir que os deputados suplentes assumam e nós haveremos também de tomar a iniciativa.

Portanto, meu amigo Jaime Pasqualini, devo licenciar-me nos meses de junho e julho, assumindo nesta Casa mais um deputado do alto vale, Carlos Hoegen.

Mas eu estava falando sobre a minha visita ao município de Rio do Sul, onde participei do aniversário da nossa Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí, a nossa Cravil, que foi fundada em 1971 e que fez, portanto, 37 anos nesse último fim de semana.

Eu nasci na cidade de Nova Trento, deputado Altair Lima, lá me formei como engenheiro agrônomo e fui trabalhar no alto vale do Itajaí. Trabalhei na Acaresc, em Ituporanga, no ano de 1976, e já naquela época a Cravil desempenhava, como desempenha até hoje, um papel importantíssimo para a agricultura da nossa região. Ela tem um papel importante tanto para o associado, deputado Pedro Baldissera, quanto para o não-associado, porque ela regula o setor.

Muitas vezes, nós sabemos disso, é a cooperativa, no caso a nossa Cravil e outras da região, como muitas do mesmo nível no oeste, que segura o preço mais em cima e faz com que os outros compradores se baseiem também no preço que ela estipula. Assim também acontece com os insumos, sempre o menor preço para comprar é lá na nossa cooperativa. E a Cravil tem, ao longo do tempo, desempenhado muito bem esse papel.

Mas estavam presentes lá na Cravil, deputado Jailson Lima - v.exa. não estava lá, mas mandou o seu representante, o Tarcísio, que justificou a sua ausência -, o secretário Antônio Ceron, o presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, o senador Neuto De Conto, o deputado Herneus de Nadal - eu até não sei o que ele foi fazer lá, acho que estava procurando um espaço político no alto vale, talvez para se vingar do deputado Pedro Baldissera, porque tenho ido muito para o oeste e ele está indo para o alto vale do Itajaí; estava presente também o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, prestigiando a nossa empresa. Aliás, o governador esteve em Rio do Sul, na sexta-feira e no sábado, conversando com o deputado Jaime Pasqualini, que até me disse que ele tem sido também, além de um bom governador, um bom prefeito para a cidade de Rio do Sul. É verdade, ele tem feito grandes investimentos naquela cidade.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Já vou lhe conceder um aparte, deputado Jailson Lima, até porque v.exa. é funcionário também da Cravil. Como médico, atua na Cravil e conhece, talvez mais do que todos nós, a importância da nossa cooperativa.

Mas o sr. Harry Dorow, nosso amigo, que é o presidente, disse-nos que, em 1970, 73% da população do alto vale estava no meio rural; em 1981, 60% da população estava no meio rural; em 1991, 50%; em 2000, 42% e estima-se que hoje nós tenhamos no alto vale de 35% a 38% da população no meio rural. E no nosso alto vale nós temos 22.500 propriedades, sendo que 90% delas têm menos de 50 hectares. Portanto, predomina na nossa região o pequeno produtor, aquele que sobrevive com a sua família trabalhando em conjunto na agropecuária.

Mas o sr. Harry Dorow apresentou um dado importante também. O movimento do setor agropecuário, no ano de 2008, foi de R$ 746 milhões, deputado Jaime Pasqualini, sendo que o fumo está em primeiro lugar, com R$ 396 milhões. Em segundo lugar está a cebola, com um movimento bruto de R$ 158 milhões. Viriam, na seqüência, o leite, que ainda continua tendo importância, com R$ 74 milhões - o presidente também colocou um programa que eles estão tendo de melhoria da produtividade, da tecnologia do leite, para que se possa produzir 100 litros por hectare/ano nas propriedades do alto vale, que hoje está em torno de 60 litros por hectare/ano -; o arroz, com R$ 45 milhões; o milho com R$ 33 milhões e os suínos com R$ 40 milhões.

É importante que se diga que a Cravil, com a sua atuação em 40 municípios, não só do alto vale, como também do médio vale e da região serrana, teve um faturamento de R$ 162 milhões, gerando R$ 9,5 milhões em impostos.

Lembro-me que quando era prefeito de Ituporanga fizemos um levantamento sobre a questão do movimento econômico e a Cravil sozinha equivalia ao movimento econômico de todos os outros mercados e supermercados do município. Por que isso? Porque a Cravil, efetivamente, paga imposto de tudo que vende, de tudo que compra, mas não se pode dizer isso, infelizmente, de outras empresas.

A agricultura brasileira vive um grande momento. O Brasil hoje se coloca como um grande produtor e fornecedor de alimentos. Portanto, o cooperativismo, neste contexto, assume importância, como também a nossa Cravil. Mas não podemos esquecer-nos, neste momento de vacas gordas que estamos vivendo, dos períodos das vacas magras. A cebola foi vendida a R$ 1,00 o quilo nesta safra e os agricultores estão sorrindo por isso, mas temos que nos lembrar também da época em que eles venderam a sua produção abaixo do custo de produção, tendo prejuízo na sua atividade.

O arroz do alto vale, que este ano está com um preço bom, está a R$ 30,00, R$ 35,00 a saca, já teve um preço ruim em outras épocas. E mesmo neste ano nós tivemos alguns produtores, deputado Jailson Lima, de Mirim Doce, de Taió e de Rio do Campo, que tiveram prejuízo com a sua produção. Mil e seiscentos rizicultores do alto vale tiveram prejuízo de R$ 15 milhões, em função de um frio anormal que aconteceu no mês de janeiro e de fevereiro, no período final da floração. Então, é importante que neste momento nós nos lembremos desses períodos de vacas magras que já viveram os nossos agricultores.

Mas o que eu quero aqui é realmente falar sobre a importância da nossa Cravil, da nossa cooperativa, ao longo desses 37 anos, para muitas famílias rurais do alto vale. Mas ela precisa também continuar forte para a agricultura do alto vale, que cada vez está com menos população, é verdade, dependendo da agricultura, mas com mais produtividade, com mais rendimento e também, por conseqüência, com um maior rendimento para a família rural.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Peninha, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por enaltecer a importância do setor cooperativista como um todo e pela gentileza de abrir um espaço na sua intervenção.

A Cravil e as cooperativas têm sido o esteio do desenvolvimento econômico rural catarinense. E eu, que prestei e presto trabalhos à Cravil e que não pude estar no aniversário porque estava em viagem, quero, publicamente, aproveitar este momento para parabenizar todos os funcionários na pessoa do sr. Harry, do Miguel e do Pedro, que são os diretores da empresa, e cada associado do alto vale.

Quando se fala em dificuldades, eu digo que se não existisse o sistema cooperativista, com certeza as dificuldades dos produtores rurais teriam sido muito maiores, porque o sistema cooperativista consegue, além de distribuir renda, preços mais justos e, principalmente, a inclusão do nosso agricultor rural.

Parabéns pelo seu pronunciamento, parabéns à Cravil e a o todo sistema cooperativista catarinense.

Mas eu farei posteriormente, deputado, uma intervenção para responder aos questionamentos feitos pelo deputado Marcos Vieira, já que ele não me concedeu espaço no seu horário.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado pelo aparte, deputado Jailson Lima.

Mas eu gostaria também de fazer referência, srs. deputados, neste espaço do meu partido, ao VI Congresso de Engenheiros Agrônomos de que participei, na última semana, nos dias 14, 15 e 16, em Florianópolis.

Eu participei como engenheiro agrônomo, representante da categoria, e quero parabenizar a comissão organizadora: o engenheiro agrônomo Silvio Tadeu de Menezes, que foi o coordenador desse congresso; o engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa, que é o presidente do Seagro/SC; o engenheiro agrônomo Ari Neumann, presidente da Aeasc, e todos aqueles que se envolveram na organização desse evento.

Foram realizadas palestras acerca de diversos temas, como, por exemplo, o cenário do mercado agrícola brasileiro, as perspectivas da produção orgânica, hoje, no modelo agrícola catarinense e as mudanças climáticas que têm afetado tanto a produção. Eu participei de uma mesa redonda, juntamente com o deputado federal Valdir Colatto, com o sr. Edson Fronza, vereador do PT em Rio do Sul, e com o prefeito de Sombrio, José Milton Scheffer.

No painel de que participamos foi discutido também o papel do engenheiro agrônomo na política, estimulando os profissionais da agronomia no sentido de se envolverem nesse processo, porque hoje a sociedade, de modo geral, vê o lado político como pernicioso, algo ruim, deputado Jaime Pasqualini. Por isso que se as pessoas de bem, as pessoas com conhecimento, as pessoas com capacidade não participarem, evidentemente pouco restará. Então, temos que participar e para isso estamos estimulando os nossos colegas engenheiros agrônomos que participem como candidatos a vereador, a prefeito, que se envolvam e dêem a sua contribuição à sociedade brasileira, à sociedade catarinense, que precisa também dos profissionais de agronomia na política.

Na quinta-feira também tive a oportunidade de participar da solenidade alusiva aos 25 anos do nosso Sindicato de Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, ocasião em que foram homenageados diversos engenheiros agrônomos e entidades. E uma homenagem que me sensibilizou, que me emocionou nesse jubileu de prata da Aeasc foi aquela feita ao engenheiro agrônomo Ubiratan Latino de Campos, que já morreu, mas que foi o primeiro presidente e um dos grandes responsáveis pela criação do nosso sindicato. Lá estava sua esposa Valmíria, seus filhos Alexandre e Marcelo recebendo a homenagem pelo seu pai, a quem conheci muito bem. Aliás, fui fazer Agronomia estimulado, incentivado por ele, que tem um grau de parentesco comigo.

Portanto, foi uma solenidade muito bonita da qual participei com muito orgulho, na condição de engenheiro agrônomo.

Gostaria também de aproveitar o espaço do meu partido para fazer referência à solenidade para a qual fomos convidado. E quero convidar todos os deputados, independentementede partido político, para participarem da solenidade de assinatura da medida provisória do Prêmio Jubilar, destinado à melhoria dos proventos dos servidores aposentados da secretaria da Educação de Santa Catarina e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Hoje, o governador Luiz Henrique da Silveira, lá do auditório da secretaria da Administração, estará assinando o Prêmio Jubilar, para também melhorar as condições de salário dos profissionais da educação aposentados.

Quando foi encaminhado o projeto do Plano Educar para esta Casa, o governador já havia assumido esse compromisso. A bancada do PMDB também cobrou, juntamente com deputados de outras bancadas, é verdade, uma ação imediata nesse sentido, para que não nos esquecêssemos daqueles que já cumpriram a sua parte e que hoje estão aposentados.

Portanto, quero convidar todos para que participem dessa solenidade.

Quero fazer referência também a algumas colocações que o deputado Silvio Dreveck fez com relação ao governo do estado de Santa Catarina, com relação às obras, às suas realizações.

Em todo o estado de Santa Catarina, principalmente na questão da infra-estrutura, nós vemos obras em todos os municípios. O que antes era uma constante somente nos grandes municípios, hoje nós estamos vendo em todos os pequenos municípios.

Falou-se das pavimentações asfálticas. A verdade é que no alto vale, quando Luiz Henrique assumiu, havia cinco municípios sem pavimentação nos seus acessos. Ao terminar o seu governo, todos os acessos aos municípios estarão pavimentados. Agora em julho, deputado Jaime Pasqualini, nós vamos inaugurar a pavimentação asfáltica do acesso a Leoberto Leal; em junho vamos inaugurar mais uma parte do Chapadão do Lageado; já inauguramos Victor Meireles, José Boiteux e vamos inaugurar também Mirim Doce.

Mas não é só na infra-estrutura, não! Lá na região de Ituporanga, para dar um exemplo da secretaria Regional de Ituporanga, todas as escolas receberam melhorias, ginásio de esportes para estudantes, melhoria nos laboratórios de informática. No alto vale praticamente todas as escolas receberam melhorias. A Educação tem recebido recursos como nunca na história de Santa Catarina.

E a Saúde? Na Saúde da mesma forma. Só para citar as UTI's, em Ituporanga, uma cidade pequena, está sendo concluída e vamos inaugurar a UTI do Hospital Bom Jesus. O deputado Jailson Lima esteve lá conosco quando o governador assinou a ordem. A UTI do Hospital Regional também teve ampliação de leitos e vamos ter uma UTI em Ibirama, no Hospital Miguel Couto, porque há um compromisso nessa direção. Isso sem contarmos os postos de saúde e investimentos na região, o apoio ao Hospital Regional, ao Hospital Sâmara, o hospital de Trombudo Central, e a tantos outros hospitais.

Estivemos recentemente no hospital de Taió assinando um convênio de R$ 350 mil para fazer o centro cirúrgico. Foi um pedido meu e de outras lideranças. Lembro que um dia eu estava em Ituporanga e vi um monte de carros e ambulâncias de Taió. Então perguntei para o dr. Léo César _ésar_, médico de Ituporanga, por que havia tanta gente de Taió, de Rio do Campo e daquela região, e ele disse que em Taió não havia centro cirúrgico. Não havia um centro cirúrgico, mas agora, com o convênio, passa a ter!

E nós poderíamos falar da Segurança. Nunca se investiu tanto na Segurança! O que se está construindo de presídios, o que está sendo investido na ampliação do número de policiais militares e civis, enfim, é um governo que age em todas as frentes, na Educação, na Saúde, na Segurança, na Infra-Estrutura. É um governo diferenciado.

Eu tenho certeza, deputado Herneus de Nadal, líder do governo, de que Luiz Henrique, ao final dos oito anos, estará inserido na história de Santa Catarina como um dos melhores governadores que este estado já teve. O reconhecimento já existe, aliás, já existiu, prova disso é que ele foi reeleito, foi o primeiro governador reeleito da história de Santa Catarina, um governador que já fez muito e que, com certeza, ainda fará muito mais até o final do seu mandato.

Eu tenho um orgulho muito grande de ser do partido do governador, de ser da base de apoio a e esse governador que tanto está fazendo e ainda fará pelo estado de Santa Catarina. É um orgulho para nós, catarinenses!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, representante de Joinville e do planalto norte catarinense, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. Deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhoras e senhores.

Sr. presidente, desejo falar objetivamente a respeito da Polícia Militar de Santa Catarina, especificamente sobre o excepcional trabalho que desenvolve em Joinville e na região norte do estado de Santa Catarina.

Em Joinville nós temos a guarnição especial, dirigida pelo major Adilson Michelli; temos o comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar, o tenente-coronel Edivar Antônio Bedin; temos o CP Norte, que é dirigido pelo coronel César Dalbosco, auxiliado pelo coronel Fachini.

O deputado Nilson Gonçalves conhece bem a vida e o trabalho das pessoas que estou citando. Nós temos, deputado Nilson Gonçalves, em Joinville, um efetivo de mais de mil homens, entre oficiais e praças.

Todos nós sabemos que o policial militar coloca em risco a sua vida no dia-a-dia na execução das suas tarefas. Quero dizer que a Policia Militar é exemplar e que desenvolve um papel excepcional em Santa Catarina, melhorando a nossa segurança pública, que tem aparecido nas pesquisas qualitativas como uma das principais preocupações da população catarinense.

Dito isso, deputado Cesar Souza Júnior, quero tomar a liberdade, mesmo sendo membro da base do governo, de pedir ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal, e ao nosso grande governador Luiz Henrique da Silveira, que é de Joinville e que tem transformado Santa Catarina num canteiro de obras, que veja a possibilidade de reabrir as negociações com a Aprasc, essa entidade tão importante no estado e que representa os policiais militares, porque me parece que há mais de dois anos o diálogo foi interrompido e precisamos buscar o caminho do diálogo para podermos avançar nas negociações.

Segundo ponto, sr. presidente, eu também não poderia deixar de pedir ao líder do governo, deputado Herneus de Nadal, e de fazer um apelo ao relator do PL n. 0014/2008, para que aceite, senão todas, pelo menos uma parte das emendas que foram apresentadas pela Aprasc, emendas essas que estão sendo defendidas pelo defensor da Polícia Militar nesta Casa, deputado Sargento Amauri Soares. São emendas importantes que vão contemplar também os nossos praças e não somente os oficiais.

O terceiro apelo que faço é que o governo estude a possibilidade de colocar em prática a Lei n. 254, que foi aprovada em 2003, fazendo um escalonamento para a recuperação salarial da Polícia Militar de Santa Catarina, principalmente dos praças que estão lá no fim, que estão no final e que estão dando a cara para bater, atuando no dia-a-dia, cumprindo as suas tarefas como policiais militares.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Darci de Matos, eu o cumprimento pela iniciativa e associo-me a ela. Creio, deputado Sargento Amauri Soares, que nesta Casa é o representante dos praças, que a retomada de negociações é fundamental. Esse ambiente das emendas ao projeto que será analisado pela Casa é um ambiente interessante para que nós possamos contemplar aqueles que estão na rua, na luta, dia após dia, numa atividade cada vez mais perigosa e cada vez mais fundamental para a sociedade catarinense. Temos a melhor polícia deste país, e com certeza é através do diálogo nesta Casa e com a disposição do governo do estado que vamos construir uma solução.

Cumprimento-o pela iniciativa e tenho certeza de que ela é fundamental para que possamos valorizar esses bravos homens que estão nas ruas em defesa da sociedade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Quero parabenizá-lo, agradecer-lhe por este pronunciamento e dizer que de fato tudo o que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros querem é que se reabra a negociação em torno do pagamento daquela parte que falta pagar da Lei n. 254, que representa mais ou menos a metade. Teremos que avançar também em alguns direitos a mais para os setores de base da Polícia Militar neste Projeto de Lei n. 0014, que está tramitando na Casa.

Quero agradecer a v.exa. pelo desprendimento - soube que conversou com os dirigentes da Aprasc na cidade de Joinville - e dizer que os praças de todo o estado de Santa Catarina estão acompanhando o seu pronunciamento a esse respeito e os que não estiverem nós faremos questão de dizer quais foram os deputados que se pronunciaram a favor das nossas reivindicações.

Muito obrigado e parabéns a v.exa.!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Só queria corroborar com tudo aquilo que v.exa. falou. Eu conheço muito bem, trabalho diariamente com a Polícia Militar, especialmente com a rapaziada da linha de frente, os soldados, a turma mais de baixo. Conheço o sofrimento, o dia-a-dia desses policiais e eu não poderia, de forma alguma, deixar de me associar às suas palavras e fazer um apelo veemente ao sr. governador, para que abra novamente as negociações e dê oportunidade novamente desses policiais, de seus representantes, conversarem e dialogarem. Eles não estão querendo nada mais do que o que foi prometido! Eles estão pedindo apenas e tão-somente o que lhes foi prometido, mais nada. Querem conversar, querem dialogar e que se faça isso!

Parabenizo V.Exa. por ter levantado esse assunto no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Portanto, o nosso apelo final em nome dessa categoria tão importante para Santa Catarina, porque dá segurança para as famílias catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votaremos em primeiro lugar os vetos. Recebi uma ponderação do deputado Pedro Uczai de que há três vetos na seqüência e que um deles ficasse, na ordem da votação dos vetos, em último lugar, e assim vamos proceder.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0573/2008, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0002/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que autoriza o Poder Executivo a criar o Comitê do Programa Catarinense de Energias Renováveis na secretaria de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, acho que seria interessante convidar todos os deputados que estão na Casa para virem ao plenário, a fim de que possamos ter um quórum razoável, porque serão necessários 21 votos para derrubar o veto.

É importante que todos possam exercer o direito do voto dos vetos que estão em votação por deliberação das lideranças de bancada. Esse projeto autoriza a criação de um comitê que pensa política pública no estado de Santa Catarina, por isso apelo pelo voto "não" para que possamos derrubar esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência convoca todos os deputados que se encontram nos gabinetes ou em trabalho nas comissões para comparecerem ao plenário para que possamos deliberar sobre os vetos e as demais matérias constante da pauta da Ordem do Dia.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e nove votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0574/2008, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0003/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o autor do projeto original, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sobre a importância do debate dos biocombustíveis, de uma política pública das energias renováveis, quero dar uma boa notícia para esta Casa. Falava há pouco que tinha uma notícia boa e uma ruim.

A boa é que as inscrições para o Fórum sobre Energias Renováveis e Consumo Responsável se esgotaram. Inscreveram-se 800 pessoas, e a ruim é que hoje muita gente está ligando porque quer continuar se inscrevendo.

Solicitamos que a Casa providencie a instalação de telões para que na segunda e terça-feiras Santa Catarina se transforme no palco nacional do debate da produção de alimentos de um lado e energias renováveis de outro.

É dentro desse contexto que estamos discutindo esses programas, esses projetos de lei para construir uma política pública aqui em Santa Catarina. É uma humilde contribuição do nosso mandato, da nossa bancada, que quer contribuir com os biocombustíveis, com as energias renováveis, com essa política pública.

Esse veto também está dentro desse contexto de um fundo de incentivo do estado de Santa Catarina na área dos biocombustíveis, e o próprio governo tem discutido e debatido isso. Conto com o apoio dos deputados tanto da base do governo quanto da Oposição, para fazermos disso uma lei e uma política pública.

Assim, solicito o voto os srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Já está aberto o painel de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantém o veto, votando "não" rejeitam-no.

A Presidência comunica ao deputado Pedro Uczai que a assessoria já está providenciando a instalação de telões, bem como de cadeiras para acomodar as pessoas que não terão condições, pelo excesso de público, de adentrar ao Auditório Antonieta de Barros no evento de segunda-feira.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, cumprimento o deputado Pedro Uczai e vou votar pela derrubada do veto, vendo a importância do projeto desse brilhante parlamentar.

Nós, do Partido Republicano Brasileiro, votamos pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0585/2008, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0456/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, esse projeto é de suma importância para o estado de Santa Catarina. Trata-se de um projeto autorizativo. Nós já ouvimos nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça muitos pedidos para não aprovarmos projetos autorizativos e assim por diante. Mas nós não podemos ficar nesta Casa de Leis de braços cruzados! Nós elaboramos os projetos e mandamos para o Executivo para analisar e ver a sua importância. Nós ajudamos o Executivo a administrar o estado de Santa Catarina, e esse projeto autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

Nós sabemos que a violência acontece dentro das casas, muitas vezes sendo cometida pelo próprio pai, padrasto ou parente, que essas mães ficam constrangidas em denunciar e a criança fica oprimida e não tem também como denunciar. Mas nós também já temos uma lei, deputada Ada De Luca, nas escolas da rede pública, de autoria desta deputada. O Disque-Denúncia nas escolas já é lei, está acontecendo - e até parabenizo o governo do estado, que colocou em prática.

Também quero dizer para v.exas. que o Executivo vetou apenas parte desse projeto, vetou o § 1º do art. 3º. E esse parágrafo não tem importância nenhuma para o nosso estado porque já existe a Lei Maria da Penha, só cabe regulamentar e abrir mais delegacias da mulher. Portanto, esse veto do governador do estado não vai trazer danos para a essência do projeto. Então, não há problema nenhum que esse § 1º tenha sido vetado.

Quero referir-me também ao § 3º do art. 3º:

(Passa a ler.)

"[...]

§ 3º. Os exames médicos a que se refere o parágrafo anterior serão executados por profissionais do sexo feminino, nos casos de violência cometida contra mulheres."[sic]

Aqui eu até discriminei, dizendo que tem que ser do sexo feminino, mas não tem importância! Pode ser, sr. presidente, qualquer profissional. Então, esse veto não tem problema nenhum!

O inciso III do art. 4º também foi vetado, srs. deputados, e gostaria que v.exas. atentassem para esse veto. Deputado Silvio Dreveck, o art. 4º fala o seguinte:

(Continua lendo.)

"Art. 4º - O Programa ficará sob a responsabilidade dos seguintes órgãos públicos, a execução e a regulamentação da presente Lei dar-se-á em sessenta dias, após a sua publicação:[...]"[sic]

E sua excelência, o sr. governador, vetou quando diz, no inciso III, que seria sob a responsabilidade da procuradoria-geral do estado. E v.exas. sabem que a procuradoria-geral do estado não pode regulamentar e legislar, e que também não cabe ao Ministério Público Estadual legislar e regulamentar. Cabe, sim, à secretaria do estado da Segurança Pública...

(Manifestação interrompida por término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Concedo mais 30 segundos para que v.exa. conclua o seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Então, srs. deputados, se v.exas. quiserem manter o veto do governador, podem mantê-lo porque o projeto foi sancionado, é lei. Ele apenas vetou esses dois parágrafos e dois incisos, e isso não traz prejuízo. Quero agradecer ao governador do estado pela sanção desse brilhante projeto.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 17 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto parcial.

O Sr. deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só gostaria de fazer o registro da presença na Casa da vereadora Carmelina Alves Filha Berjona, do nosso Partido Progressista de Joinville, suplente de deputado estadual.

Portanto, fica aqui o registro da presença dessa grande mulher que em Joinville tem as suas qualidades reconhecidas. O nosso partido está feliz com a presença da vereadora!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0586/2008, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0650/2007, de autoria do deputado Décio Góes, que denomina Vales da Uva Goethe a região compreendida entre os municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 26 deputados.

Temos 17 votos "sim", nove votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0587/2008, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0044/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que autoriza o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de dizer aos nobres colegas que, como já havíamos falado aqui como autor quando foi votado este projeto, penso que ele teve a sua essência totalmente modificada. Entrei em contato com o próprio Centro Administrativo do governo para que pudesse ser vetado e nós manteríamos aqui o veto. E logo que possível estaremos voltando novamente com ele.

Explicamos para o governo a necessidade e a essência desse projeto, que não é facilitar o infrator, e sim dar a condição de pagamento em três parcelas para aqueles que estão com os veículos presos ou para aqueles que cometem a infração. E o governo entendeu, inclusive, que essa é uma possibilidade de arrecadar mais para o governo do estado.

Então, eu peço que a nossa bancada mantenha o veto porque isso faz parte de um acerto meu, como autor do projeto, e do governo do estado para que pudéssemos voltar aqui com esse projeto na sua essência na verdade como é.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm veto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 20 votos "sim", sete votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0588/2008, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0065/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição, no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICMS -, dos bares, hotéis, restaurantes e similares que venderem bebidas alcoólicas a menores de idade ou forem flagrados consentindo ou comercializando drogas.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 25 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 15 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0609/2008, que dispõe sobre o veto parcial ao Projeto de Lei n. 0451/2007, de autoria da deputada Odete de Jesus, que autoriza o Poder Executivo a destinar estruturas físicas e a incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação da atividade laboral por parte dos sentenciados do sistema prisional de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, quero falar para v.exas., que têm o poder do voto, que esses vetos que ocorreram no parágrafo único do art. 2º, no art. 3º, no § 2º do art. 7º não trazem prejuízo para o projeto.

Então, se v.exas. quiserem, podem manter o veto de sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, porque eu estou de parabéns, sr. presidente. Eu já tive um projeto sobre as mulheres vítimas de violência sexual aprovado e aqueles vetos não prejudicaram, e com relação a este também, se v.exas. quiserem manter o veto, não haverá problema nenhum. Nós já estamos contemplados com o aval do chefe do Poder Executivo.

Muito obrigada, sr. presidente e srs. deputados!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os deputados que votarem "não" rejeitam-no. (Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Votaram 26 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 16 votos "sim", dez votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0567/2008, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0192/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Selo Catarinense de Qualidade dos Biocombustíveis produzidos por pequenos agricultores e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o autor da matéria original, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria, em 30 segundos, de chamar a atenção dos srs. deputados porque esse selo não cria despesa como os projetos anteriores. Já conversamos com todas as lideranças aqui e acho que temos um entendimento para que, nesse consenso, consigamos derrubar o veto para dar visibilidade e até destacar que Santa Catarina está participando desse debate nacional e internacional na área das energias renováveis.

Por isso, nesse encaminhamento, peço o apoio e o voto de todos os parlamentares. Mesmo que não tenhamos 40 deputados aqui, com certeza temos um acordo e um consenso para que possamos derrubar o veto nesta Casa, no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 28 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "não", quatro votos "sim" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto, portanto mantido o projeto original do deputado Pedro Uczai.

(Palmas)

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0172/2008 e 0173/2008, de autoria do deputado Altair Silva; 0175/2008, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0176/2008, de autoria da deputada Ada De Luca; e 0177/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Correia Pinto, Otacílio Costa, Santa Rosa de Lima, Maracajá, Treze de Maio, Monte Castelo, Biguaçu e Dona Emma, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Catarinense de Tecnologia, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santa Catarina, cumprimentando-o pela Semana Brasileira de Enfermagem.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Datasul, de Joinville, cumprimentando-o pela comemoração dos 30 anos de fundação da empresa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente executivo do Grupo Angeloni, cumprimentando-o pela comemoração dos 50 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da empresa Schulz, de Joinville, cumprimentando-o pelo desempenho de crescimento no primeiro semestre de 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, em Santa Catarina, cumprimentando-o pela organização da 69ª Semana da Enfermagem.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 12ª região, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Assistente Social.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos secretários da Fazenda e da Agricultura, pedindo providências referentes aos preços abusivos dos fertilizantes agrícolas no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - V.Exa. pode concluir os requerimentos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Pois não, deputado.

Requerimento de autoria do deputado Altair Silva, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Cidades e ao secretário Nacional de Saneamento, pedindo a liberação de recursos financeiros destinados à construção de casas populares para as famílias de baixa renda no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a construção de rótulas, implantação de faixas de pedestres e sinalização vertical e horizontal nas vias de acesso ao viaduto do Km 153, da BR-101, no município de Tijucas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Brasil Telecom, pedindo a ampliação da rede de telefonia fixa no bairro Lageado Alto, no município de Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara dos Deputados, aos líderes de bancadas e ao Fórum Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a aprovação do Projeto de Lei n. 3.877/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministério Público Federal e Estadual, pedindo providências quanto aos preços abusivos praticados pelas empresas fabricantes de fertilizantes agrícolas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Deinfra, pedindo melhoria na sinalização, iluminação e substituição da cancela do trem em Guaramirim, na rodovia SC-413.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, a ser enviada ao presidente da Infraero, apelando para que sejam tomadas providências imediatas quanto ao lançamento do novo edital de licitação para contratação dos projetos executivos do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado autor Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, esta moção foi feita já na última sessão. Ela objetiva fazer com que a Infraero respeite mais o povo de Santa Catarina e empenhe-se na execução do novo terminal do Aeroporto Hercílio Luz.

É importante lembrar que essa licitação fracassada não é a da obra, é apenas a licitação para a formulação do projeto, ou seja, estamos prestes a demorar, pelo menos, de cinco a seis anos, numa perspectiva otimista, para a finalização das obras.

Lembro também que o governo do estado já fez a sua parte, ou seja, garantiu o acesso, que era um grande entrave. E é lamentável ver uma licitação mal feita, mal formulada a ponto de sequer interessar uma única empresa. Esperamos que essa sucessão de erros, que essa ópera bufa em que se transformou a realização do novo terminal do Aeroporto Hercílio Luz tenha fim. É isso que se quer, que haja empenho e conseqüência naquilo que se vá fazer em relação ao novo terminal de Florianópolis.

Basta! Chega! Já está no limite essa brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro das Minas e Energia e ao presidente da Petrobras, solicitando a instalação de uma unidade de regaseificação de gás natural liquefeito no município de São Francisco do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Altair Silva, a ser enviado ao secretário de Infra-Estrutura, solicitando esclarecimentos sobre os recursos repassados ao governo do estado referentes à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Altair Silva, a ser enviado ao secretário da Agricultura, solicitando esclarecimentos acerca do projeto instituído pela pasta que substitui o Projeto de Geração, Trabalho e Renda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero registrar a presença da nossa vice-prefeita de Ouro, Nadir Margarida Nardi, e do secretário de Urbanisno, Sérgio Moresco. É um prazer, uma alegria tê-los aqui na nossa Casa.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, quero apenas convocar os membros da comissão de Constituição e Justiça para uma reunião extraordinária às 14h30, do dia de hoje, na sala de imprensa, para que possamos deliberar sobre o Projeto de Lei n. 0129, de origem governamental, que autoriza o governo do estado a dar garantias para o financiamento do BNDES à Casan.

Então, estão convocados todos os membros da comissão de Constituição e Justiça para uma reunião, hoje, às 14h30.

O Sr. Deputado Jaime Pasqualini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feita a convocação, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jaime Pasqualini.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do ilustre promotor de Justiça, dr. Ivens José Thives de Carvalho, que assessora a Corregedoria-Geral do Ministério Público e que também foi diretor da primeira faculdade de Direito de Rio do Sul.

É uma satisfação contar com sua presença aqui, sr. promotor.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero registrar a presença da nossa vereadora, presidente da Câmara Municipal de Otacílio Costa, que hoje está visitando este Parlamento, acompanhando os nossos trabalhos nesta manhã de quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

Logo a seguir teremos o deputado Jailson Lima e, após, o deputado Jaime Pasqualini.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, inicialmente gostaria de fazer o registro, no dia de hoje, da presença da ministra do Turismo, Marta Suplicy, que está visitando algumas regiões do nosso estado. Visitará hoje Bom Jardim da Serra, na serra do rio do Rastro, onde assinará uma série de convênios com vários municípios daquela região, contemplando muitas ações que vão fortificar o turismo por toda a região da serra. São convênios que ultrapassam a casa dos R$ 9 milhões, destinados a dar visibilidade para o estado de Santa Catarina na questão do turismo.

Além disso, quero dizer que neste final de semana estaremos em toda a região extremo oeste do estado de Santa Catarina acompanhando a nossa senadora Ideli Salvatti, que estará participando de reuniões político-partidárias em vários municípios da faixa de fronteira. Trata-se de uma agenda intensiva, mas extremamente importante para o Partido dos Trabalhadores daquela região, onde temos a administração de seis prefeituras que fazem fronteira com a Argentina.

Uma das visitas importantes da nossa senadora será no Cefet, em São Miguel d'Oeste, dando início aos trabalhos da importante questão da profissionalização, da qualificação das pessoas para desempenharem melhor sua profissão.

Além disso, tive a liberdade de solicitar nesta Casa, no dia de hoje, através de requerimento, ao Ministério Público Estadual e Federal, bem como à secretaria da Agricultura e da Fazenda do estado de Santa Catarina, que investiguem as notícias que estão presentes nos diferentes veículos de comunicação e na sociedade catarinense e brasileira, com relação às denúncias de cartel das empresas fabricantes de fertilizantes.

Acho que nós temos que investigar isso porque, na verdade, estoura na ponta, nos nossos produtores rurais, ao mesmo tempo em que também se penaliza os consumidores. No momento em que vivemos numa estabilidade econômica, não podemos permitir que situações como essa provoquem desequilíbrio econômico, dificultando a vida tanto dos pequenos produtores, quanto dos consumidores, fazendo com que paguem preços abusivos pelos fertilizantes.

Queremos dizer que em alguns casos houve aumento de até 300%. Portanto, ninguém consegue agüentar e bancar esses abusivos preços que as empresas multinacionais como a Bunge, a Mozaic e a Yara estão praticando.

Em 1990, e esse é um dado interessante, o Brasil importava 36%; em 2007 o país passou a importar 68% da matéria-prima. São dados para que possamos pensar nessa fábrica de fazer dinheiro, de enriquecer, de explorar aqueles que trabalham e que colocam a produção na mão do povo brasileiro para se alimentar. Essas três empresas multinacionais controlam os preços dos fertilizantes, tanto nacionais como importados. Por isso temos esses aumentos abusivos.

É importante lembrar que no próximo mês de junho faz 15 anos da venda da Ultrafertil, que era de propriedade da Petrobras, foi privatizada e hoje é controlada pela multinacional Bunge. Claro que a privatização e o processo neoliberal de querer um estado mínimo, sem dúvida nenhuma vão gerando uma situação de alta dos preços, não só dos fertilizantes, mas de outros serviços que são prestados por empresas multinacionais ou pelas empresas privatizadas.

Srs. deputados, acho importante termos presente que no ano passado o lucro líquido da Fosfertil cresceu 94% em relação a 2006. A empresa teve quase 100% de lucro, passou de R$ 229 milhões para R$ 449 milhões. Quem é que está pagando essa conta, quando se fala em aumento do alimento que chega à mesa dos consumidores, quando se fala do aumento da inflação que está ocorrendo em leves parcelas? Nós temos que buscar a causa, a origem desse aumento, porque não podemos fazer um discurso fácil e pedir para que o presidente Lula tome providências.

Sem dúvida nenhuma, o presidente Lula está tomando as melhores providências para o nosso país, disso nós não temos dúvidas, e ele está fazendo isso com muita propriedade. Nenhum outro governo em nosso país fez isso ao longo dos anos. Pela primeira vez temos um presidente que está controlando e que está dando um novo alento, um novo olhar, um novo sonho à sociedade brasileira. Esse nosso trabalhador veio do trabalho e dedicou-se à política para mostrar que o nosso país é viável e que existe, sim, hoje, um momento novo e diferente. Isso a sociedade é que diz. E nesse sentido a sociedade gostaria muito que este governo continuasse, porque pela primeira vez na história temos um governo que é do povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Antes de encerrar a presente sessão, vamos ouvir ainda o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos, conforme prevê o Regimento Interno da Casa.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o presidente da Casa, deputado Julio Garcia, os nobres deputados, os telespectadores da TVAL e o deputado padre Pedro Baldissera, que falou sobre os fertilizantes e os insumos agrícolas com a pertinência que lhe é peculiar.

O seu tema entra bem no que foi abordado há pouco pelo deputado Marcos Vieira, que pediu pelo amor de Deus ao presidente Lula para controlar a inflação. Logicamente que temos que ter preocupação com a inflação e o nosso presidente tem demonstrado nitidamente a sua postura e o que está sendo empreendido neste país do ponto de vista das políticas industriais. Querer imputar responsabilidade ao nosso presidente pelos 4%, 5%, talvez 5,5% de inflação prevista para este ano, acaba sendo uma avaliação precipitada porque essa, hoje, é a inflação que está ocorrendo no mundo econômico desenvolvido.

No entanto, ao falar de inflação temos que falar sobre os diversos fatores da economia brasileira que estão permitindo a inclusão social e, principalmente, há de se considerar que a inflação existente também é decorrente da demanda interna do país extrapolando a demanda externa. Porque a demanda interna em função do volume de recursos que o povo brasileiro passou a ter com o acréscimo do salário mínimo e com a política de empregos aumentou muito! No mês passado, mais uma vez o Brasil bateu recorde de trabalhadores com carteira assinada. Na medida em que o povo tem mais dinheiro na mão, logicamente que passa a consumir produtos que até então não consumia. Se observarmos não é só carro que o país vende, são geladeiras, fogões, como estamos vendo nos jornais.

Então, o deputado Marcos Vieira não pode vir aqui com a panacéia de querer responsabilizar o presidente por uma inflação que hoje é mundial. E a nossa felicidade é que nós não vivemos a crise americana, isso tem que ser ressaltado, porque se dizia que o Brasil se desenvolvia porque lá fora havia um mar de almirante, tudo estava na tranqüilidade. Mas agora está intranqüilo lá fora, o nosso país continua desenvolvendo-se e, principalmente, com um governo federal colocando recursos.

É lógico que as estatais tipo Petrobras e Eletrobras aqui citadas estão batendo recordes de arrecadação, estão crescendo como nunca, estão sendo pilares do desenvolvimento econômico brasileiro! Agora, temos que dizer, deputado Pedro Uczai, que se o governo fosse deles nós não teríamos mais a Petrobras, não teríamos mais a Eletrobras, essas empresas estariam simplesmente, como a Vale do Rio Doce, garantindo o desenvolvimento apenas do capital. Mas não! Essas empresas estão colaborando com o desenvolvimento econômico deste país e, principalmente, permitindo o controle estatal de setores estratégicos da nossa economia. Isso é o que nós devemos ter claro, porque quando vemos o desenvolvimento dos chineses, vemos que o estado não está abrindo mão do controle das principais empresas estratégicas daquele país.

Então, é muito tranqüilo dizer que o Banco do Brasil hoje está tendo lucro. Mas tinha que ser dito também que no governo passado dava prejuízo e que agora, no governo Lula, o Banco do Brasil está investindo no setor agrícola, que é o esteio, o braço do setor econômico nacional e do governo que permite o acesso do produtor rural ao crédito.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputados Jailson Lima e Pedro Baldissera, esse diálogo com o deputado Marcos Vieira é bom e que mais discursos venham nessa direção, para que nós historiemos as responsabilidades políticas sobre a própria inflação.

Quando o deputado Pedro Baldissera falava das empresas de fertilizantes, se elas fossem estatais, olhem a Petrobras! O barril de petróleo estava a US$ 25, US$ 30 três anos atrás. O barril do petróleo hoje está custando US$ 125 no mundo e no Brasil o preço da gasolina não aumentou porque a Petrobras é estatal. Já os fertilizantes, o aço, o alumínio, o lingote de alumínio, tudo aumentou, porque foram privatizadas a CSN, a Vale do Rio Doce e a Ultrafertil.

Então, agora começamos a compreender que manter as estatais é estratégico para o desenvolvimento e para segurar a inflação. Privatizar não é estratégico para o desenvolvimento do Brasil e a volta da inflação é de responsabilidade do PSDB, do PFL, que privatizaram este país e isso causa o aumento dos preços no país e no mundo.

Por isso parabéns a v.exa. pelo seu pronunciamento. É nessa direção que nós vamos construir o debate, para fazer deste país um orgulho para todos os brasileiros e nunca voltarmos atrás para um país privatizado, destruído, como foi o governo neoliberal do PSDB, do deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado.

Além do mais, srs. deputados, com relação aos fertilizantes, há que se dizer que o braço petroquímico da Petrobras vai começar a desenvolver uma política de fertilizantes neste país. A Petrobras discutirá, a partir do ano que vem, a possibilidade de ser uma grande produtora de fertilizantes e retomar um ponto de equilíbrio que se faz necessário neste país.

Falou-se da CPMF. Nós temos que dizer que o governo Lula lançou, recentemente, há duas semanas, o Programa de Desenvolvimento Industrial. E ontem mesmo começou um seminário no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para discutir uma política industrial de equipamentos na área médico-hospitalar, a fim de que o governo federal e os estados passem a incluir nas suas planilhas de compras de equipamentos as empresas do estado que serão beneficiadas, as empresas brasileiras que passarão a produzir.

Então, o BNDES vai começar a investir recursos nesse sentido, para que se contemple neste país a compra de equipamentos médico-hospitalares, que hoje é monopolizado por multinacionais, principalmente americanas.

Por isso fazemos este debate com muita tranqüilidade. O nosso governo tem responsabilidade com a inflação, porque se não fosse ele a inflação seria muito maior, com toda certeza. Além do mais, ele tem responsabilidade com o trabalhador oprimido, o trabalhador que a vida inteira teve promessa de salário mínimo de US$ 100. E não se precisa dizer em quanto está o salário mínimo, depois de cinco anos de governo Lula, diferente do que havia antes.

Por isso, é com muita tranqüilidade que nós, do Partido dos Trabalhadores, fazemos este debate e ainda retomaremos aqui a questão da CPMF, que está sendo proposta novamente no Congresso por uma série de lideranças.

O PAC da Saúde representa melhorias no atendimento da população mais necessitada e a fixação de um percentual de 0,010%, muito menor do que os 0,38% anteriores, além de representar recursos para assegurar o cumprimento da Emenda n. 29, que nesta Casa temos defendido sistematicamente, permitem que a União garanta que 10% do seu Orçamento sejam aplicados na saúde neste país.

Além disso, essa CPMF, essa pequena contribuição que está sendo proposta agora não é somente para a saúde, é também para fiscalizar o contingente de sonegadores que existem neste país, e o sistema bancário, com certeza, é o sistema mais eficiente.

Por isso retomaremos esse debate e temos a tranqüilidade de dizer que o nosso governo está cumprindo um papel determinante na mudança do contexto socioeconômico deste país e na credibilidade do povo brasileiro num metalúrgico que veio para mostrar que o Brasil está muito bem engraxado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para as 14h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Silva - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jaime Pasqualini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR SILVA - Critica a descentralização.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Ressalta a prioridade do governo estadual à política de escoamento da produção.

DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Responde ao deputado Manoel Mota, que falou da sua atuação no Parlamento.

DEPUTADO JAILSON SILVA - Reporta-se ao Dia Nacional de Controle da Infecção Hospitalar e à necessidade de o estado criar a sua comissão para tratar do assunto.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Afirma que os hospitais federais também devem ter índices de infecção hospitalar semelhantes aos do estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Aborda o aumento do custo de vida e da inflação.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Enfatiza a necessidade de o governo frear a alta da inflação.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo estadual das críticas referentes aos uniformes escolares e ao Prêmio Educar.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Enfatiza a importância da Oposição na correção dos rumos do governo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discorre sobre os melhoramentos do governo estadual no Hospital e Maternidade Tereza Ramos, de Lages.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à visita da Marta Suplicy ao estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Critica a indicação de Marcondes de Matos para a presidência do Conselho de Turismo de Santa Catarina.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Mostra a grave situação da Escola Rodolfo Zipperer, de Canoinhas.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Ressalta a importância da Oposição para monitorar as ações do governo.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Convida os parlamentares para a comemoração do quinto aniversário do informativo *PP no Legislativo*, jornal da bancada do Partido Progressista.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Justifica o voto favorável da bancada do PT ao PL 0129/2008, que autoriza o Executivo a constituir garantias em favor do BNDES em favor da Casan.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Declara o porquê do voto "sim" ao PL 0129/2008, que autoriza o Executivo a constituir garantias em favor do BNDES em favor da Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência registra, com satisfação, a visita dos integrantes da Associação Horizonte, de Florianópolis e de Itajaí.

Sejam todos bem-vindos à Assembléia Legislativa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Altair Silva, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Boa-tarde, sr. presidente. Quero cumprimentar todas as sras. deputadas e todos os srs. deputados, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Assomo hoje a esta tribuna para falar de um assunto muito comentado nos últimos anos, que é a tão propalada descentralização, a palavra mais falada no atual governo. Nós teríamos que fazer uma pergunta antes de começarmos a citar a nossa visão sobre o tema.

Primeiro o que seria do atual governo se o Partido Progressista não tivesse deixado o BID IV encaminhado para que este governo desse andamento?! O que seria da agricultura, que é a minha origem, se não fosse o Programa Microbacias?!

Agora há outra indagação ao deputado Herneus de Nadal, que ontem falava nesta Casa numa empolgação eloqüente sobre os equívocos do governo federal. O que seria do governo do estado se o governo federal, do qual o PP tem orgulho de fazer parte, não houvesse cedido a Cide, que é o imposto dos combustíveis?! Porque parte do valor do combustível que todos os brasileiros pagam quando abastecem o seu carro está inserido no imposto que é utilizado para a melhoria das rodovias de acesso aos municípios e mais de R$ 250 milhões já vieram para o estado.

Obviamente, se falamos tanto de descentralização, faremos a seguinte pergunta aos catarinenses e aos srs. deputados e às sras. deputadas: o que este governo estaria fazendo se não houvesse a Cide, se não houvesse o Microbacias, se não houvesse o BID IV? É uma pergunta que certamente a consciência de cada um responderá. E nós, na condição de parlamentar que ficará um curto período nesta Casa, queremos deixar aqui uma contribuição, ou seja, a nossa visão de como poderia ser colocada em prática uma idéia de forma que todos os catarinenses fossem beneficiados e não uma pequena fração de setores que, muitas vezes, estão lá para fazer um comitê eleitoral - e isso foi dito por muitos parlamentares nesta Casa - que funcione durante quatro anos.

Ao longo da nossa vida de militante na iniciativa privada sempre dedicamos uma parte ao voluntariado e tivemos a oportunidade de presidir, na região da Amosc, o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado, o FDRI, que na verdade é um grande projeto de desenvolvimento regional integrado. O fórum funcionou e hoje foi substituído pelo Instituto Saga, mas a participação é das entidades, das ONGs, dos sindicatos, das Associações Comerciais e Industriais. Tive a oportunidade, na condição de diretor da Associação Comercial e Industrial de Chapecó à época, de ser o presidente executivo daquela organização que pregava e prega a regionalização, não a descentralização. E como funciona a regionalização? Primeiro é que, dentro de um processo de voluntariado, as entidades organizadas são as gestoras do processo, sem ônus aos cofres públicos estaduais ou municipais.

Eu vejo que cada região tem as suas necessidades. Por exemplo: o nosso grande oeste tem a necessidade de resolver as questões de abastecimento de água e as questões que envolvem a poluição causada pelo agronegócio.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Gostaria de fazer o aparte à primeira parte do seu pronunciamento, quando v.exa. falou sobre a questão do BID. A política pública é de um estado como um todo e não do governo que está no momento administrando. Realmente, quanto ao financiamento das nossas estradas são contratos antigos estabelecidos com o BID. Houve uma pequena falha nesse contrato - e eu pude vivenciar - que foi a questão do licenciamento ambiental para as estradas, o que acabou atrasando todas as obras.

Nós temos ainda, também num compromisso de estado, o BID II, só que agora já prevenidos, pois a licença ambiental para a assinatura dos convênios já seguiu junto para o Banco Internacional de Desenvolvimento, uma vez que, hoje, o primeiro documento que um banco exige é o licenciamento ambiental. Isso vale para a suinocultura: o banco não libera o empréstimo se não houver o licenciamento ambiental, como também para uma série de outras

atividades.

Então, essa política de estado tem que ser antecipada. É verdade o que v.exa. falou, mas a importância disso tudo é que Luiz Henrique, tendo essa visão - e fomos convocado para colocar em dia essa questão -, estabeleceu para Santa Catarina uma política de escoamento da produção. E, mais do isso, com a Cide, com a política de arrecadação própria, a maioria dos municípios terá seus acessos asfaltados até o final deste ano, ficando muito pouco para o ano que vem.

Dessa forma, Santa Catarina será o primeiro estado da América Latina a alcançar esse feito, essa realização. Da mesma maneira, como consta das pesquisas, é o estado da América Latina com menor índice de pobreza, somente de 3%, um percentual ao nível dos Estados Unidos. Veja como realmente Santa Catarina se orgulha da sua gente e dos homens públicos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

Só fazendo uma comparação, a Casan estava com dificuldade para fazer a renegociação de uma dívida em torno de R$ 150 milhões. As secretarias de Desenvolvimento Regional custam por ano igual valor e os recursos federais do PAC já poderiam estar sendo aplicados se esses recursos fossem economizados.

Então, nós temos que questionar o custo dessa engenharia política que todos os cidadãos catarinenses estão pagando, de forma que a agenda positiva seria investir esses recursos nos municípios, na regionalização, para que as entidades escolhessem a melhor forma de aplicá-los e assim resolver as suas adversidades.

Eu coloco o seguinte cálculo que os catarinenses devem fazer. Nós temos 293 municípios, temos 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, o que corresponde a 12,29% dos nossos municípios com essas estruturas. Além disso, temos ainda uma secretaria do Desenvolvimento Sustentável que, somente ela, em conjunto com os agentes locais de desenvolvimento poderia promover todo um processo de desenvolvimento sustentável em nosso estado.

Essa é a idéia que defendemos: apenas uma única secretaria coordenando as ações locais com os agentes de desenvolvimento produziria um resultado muito maior para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jaime Pasqualini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, é com um pouco de tristeza que volto a esta tribuna até por provocação do eminente deputado Manoel Mota, que recomendava que este deputado não usasse a tribuna apenas para criticar o governo, deputado Julio Garcia, que viesse efetivamente dar a sua contribuição para uma agenda positiva.

Eu lamentava no último pronunciamento, deputado Altair Guidi, dizendo que queria vir aqui e trazer aquilo que se chama de agenda positiva, uma proposta concreta de um governo correto, justo e paritário para todo o estado.

O deputado Manoel Mota merece a consideração de todos, em especial deste deputado, porque afinal nós estamos tão pouco tempo aqui na Casa e talvez alguns considerem que nós não temos o direito de falar. Mas este é o Parlamento dos catarinenses e ainda que eu estivesse aqui por apenas um dia, um mês ou 60 dias, como é o meu caso, teria o direito de falar, deputado Jorginho Mello. E aqui estou para falar até em homenagem à história do deputado Manoel Mota, que lamentavelmente não está aqui, em homenagem muito mais a sua perseverança, pois o deputado Manoel Mota consegue defender o indefensável, consegue defender o governo do estado. Eu acho que este é o maior ponto positivo do deputado Manoel Mota: defender um estado cujas ações, em qualquer ponto, estão contaminadas.

Gostaria que o deputado Manoel Mota, quando recebesse as notas taquigráficas desta sessão, repensasse a sua forma de entender as coisas e reconhecesse esta homenagem que lhe presto com a frase de Martin Luther King, que diz o seguinte: "A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, a verdadeira medida de um homem está em como ele se mantém em tempos de controvérsias e desafios."

O deputado Manoel Mota, deputado Kennedy Nunes, consegue manter-se impassível, sereno, mesmo em momentos de crise, como a que está vivendo o governador do estado agora, cujo mandato foi maculado nas próprias eleições que o conduziram à chefia do Executivo.

É v.exa., deputado Manoel Mota, quem merece a nossa homenagem, porque em tempos de bonança é fácil defender o governo, o difícil é fazer o que v.exa. está fazendo, defender um governo que já vem contaminado das eleições que ocorreram em 2006. Isso sim é difícil e v.exa. merece a nossa homenagem.

Eu disse na minha intervenção de ontem que hoje eu faria mais uma denúncia. Não sei por que as denúncias vêm parar em minhas mãos, deputado Kennedy Nunes. Lá em Joinville vão para as mãos de v.exa., mas as do alto vale e até de Lages, da região serrana, vêm para as minhas mãos.

O Ofício n. 5.590/2008 está quente, está pelando aqui na mão.

O Tribunal de Contas do Estado rejeitou, mandou anular o certame, a licitação, do aeroporto de São Joaquim. Fizeram uma coisa. Não dá para dizer que foi uma licitação, tamanha foi a quantidade de erros que cometeram naquele certame, naquela licitação.

Só para terem uma idéia, o Tribunal de Contas, que é um órgão apolítico, auxiliar desta Assembléia, deste Parlamento, disse o seguinte: "É proibido fixar limite para direito de informações".

Ora, o secretário Mauro Mariani, a quem eu não conheço, fixou limites dizendo que informações acerca daquela licitação seriam só até o dia seguinte. É só isso? Não, há mais coisas. Ele criou critérios subjetivos, colocando no edital que só poderiam participar quem eles achassem bom. E assim uma seqüência de erros. Quero acreditar que sejam erros sem má fé, sem direcionamento para escolher essa ou aquela empresa que iria construir o aeroporto de São Joaquim.

De forma que o Tribunal de Contas do Estado determinou ao sr. Mauro Mariani, secretário de estado da Infra-Estrutura, "[...] que promova anulação da Concorrência n. 07/2007, bem como encaminhe cópia do referido ato de anulação a este Tribunal quando da sua assinatura."[sic]

Isso aqui é um atestado de incompetência para quem não sabe o que é tratar a coisa pública com seriedade: uma simples licitação, que deveria ser feita em Lages, na região serrana, dentro da idéia da descentralização, está sendo feita aqui em Florianópolis.

Agora consigo entender que essa descentralização é, na verdade, para contratar empresas do Paraná, do Rio Grande do Sul, como foi o caso agora denunciado pelo Ministério Público, a acerca da gestão da secretaria de Desenvolvimento Social, que contratou empresas do Paraná, deixando de contratar empresas de Santa Catarina; contratou empresas do Rio Grande do Sul, deixando de contratar gente capacitada de Santa Catarina nas fundações educacionais.

Isso é descentralizar? Contratar empresas de outros estados? Acredito que essa seja a ideologia deste governo: descentralizar é trazer empresas de outros estados para comprar uniformes para os alunos, para dar educação aos catarinenses. Esse é o modelo de descentralização.

Então, quero dizer ao deputado Manoel Mota que com certeza tenho pouco tempo, mas esse pouco tempo já me fez aprender com s.exa., notadamente sua tenacidade, seu esforço para defender este governo. E defender o indefensável é uma coisa que é própria dos advogados. Não sei a sua formação, mas por certo se v.exa. fizesse um curso de Direito seria um grande advogado. Desculpe se não conheço sua trajetória profissional.

Se estou aprendendo, isso não desmerece a minha atuação nesta Assembléia, ainda que efêmera, ainda que por pouco tempo. Gostaria de contar com o respeito de todos os colegas, de todos os deputados desta Casa, porque de cada um e de todos alguma experiência, algum conhecimento por certo contribuíram para o meu aprendizado. Quiçá, num futuro breve, eu possa, deputado Julio Garcia, voltar a este Parlamento para, num mandato de quatro anos, conviver com v.exa. - ou, quem sabe, v.exa. esteja em outros caminhos da política - e defender a gente catarinense.

Deus nos ajude!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, e nobres deputados, eu ocupo esta tribuna para voltar a falar de um assunto que já foi tema do nosso pronunciamento nesta Casa: saúde.

Como médico, cabe-me ressaltar que a data de 15 de maio foi o Dia Nacional de Controle da Infecção Hospitalar. Repito: Dia Nacional de Controle da Infecção Hospitalar!

Em 1999, o ministério da Saúde, tendo a compreensão do que significam os riscos dentro dos hospitais, os riscos da mortalidade aos pacientes, acabou estabelecendo a sua preocupação prioritária com a questão das infecções dos hospitais.

Temos que dizer que a Anvisa, agora no dia 15, fez um levantamento e colocou na imprensa os estados que não possuem Comissão Estadual de Controle de Infecção Hospitalar. E dentre os oito estados que não possuem essa comissão organizada, pasmem, Santa Catarina é um deles, pois não tem a sua Comissão de Controle de Infecção Hospitalar!

É sabido que os médios e os grandes hospitais têm as suas comissões internas, mas elas devem estar integradas num programa estadual, como prevê a legislação brasileira. E aqui nós fizemos uma moção pedindo que o governo do estado e a secretaria se adequem para atender à demanda e organizem esses conselhos dando-lhes a infra-estrutura e a coordenação imprescindíveis.

Basta lembrar que se falou muito em infecção hospitalar quando o ex-presidente Tancredo Neves foi operado de uma diverticulite. Ele acabou adoecendo e faleceu em decorrência dela. Até então pouco se falava de infecção hospitalar.

A Lei n. 9.431, de janeiro de 1997, obriga os hospitais a manter programas de combate às infecções e a criar comissões de controle sob a coordenação de uma comissão estadual. Isso em 1997; estamos em 2008 e 11 anos depois Santa Catarina ainda não tem a sua comissão.

De acordo com os dados levantados pelo ministério da Saúde, 13% dos pacientes internados contraem infecção hospitalar. Se considerarmos que em 2007 tivemos em torno de 12 milhões de internações, 1,560 milhão de pacientes tiveram infecção hospitalar, sendo que em torno de 45 mil pacientes morreram em conseqüência dela, deputado Kennedy Nunes. Isso representa para o Brasil um custo em torno de R$ 10 bilhões que poderiam ser investidos estritamente em processos preventivos e de recuperação das estruturas hospitalares do nosso país e do nosso estado.

Ainda cabe registrar que é a comissão estadual que define as estratégias e ações de controle das infecções hospitalares, assim como identifica os pontos corretos de implementação de políticas e procedimentos de combate à infecção hospitalar.

O meu pai teve um acidente de trânsito, ficou 45 dias numa UTI e adquiriu lá uma infecção hospitalar. E a maioria das infecções hospitalares nas UTIs, onde acontece a grande mortalidade, é por pneumonia - pacientes que são entubados. E muitos deles pelo longo tempo de cateter endovenoso, uma vez que por ali entram as bactérias.

Quero trazer aqui um dado de Santa Catarina e dizer da importância de termos essa comissão. Pelos dados do ministério da Saúde, somente nas UTIs dos Hospitais Hans Dieter Schmidt e São José, de Joinville, e São José, de Criciúma, a média de infecção hospitalar ultrapassou 18%. Enquanto a média nacional é de 13%, os principais hospitais de Santa Catarina ultrapassaram 18% no seu nível de infecção hospitalar! No Hospital Governador Celso Ramos, em Florianópolis, a média ficou entre 12% e 13%, ou seja, de acordo com a média nacional. Isso conforme o chefe de Serviço e Controle de Infecção do estado.

Faço novamente essa referência porque cabe urgentemente, principalmente ao estado, dar o exemplo nos seus hospitais. Não se concebe que os dois principais hospitais da cidade de Joinville tenham os maiores índices de infecção hospitalar do estado de Santa Catarina, conforme dados apresentados aqui.

Então, faço essa observação porque o controle da infecção e a organização da comissão tornam-se urgentes. Por isso fizemos uma moção solicitando que o governo e a secretaria organizem isso de forma rápida.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Concedo um aparte ao nosso nobre deputado Edison Andrino.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Quero cumprimentar v.exa. pelo assunto que traz a esta Casa e dizer que a saúde pública no Brasil é uma questão muito séria. Quando tive a oportunidade de votar a CPMF, em Brasília, foi para acabar com esse problema sério da saúde no Brasil. Lamentavelmente, apesar de a CPMF ter durado vários anos, não resolvemos o problema da saúde pública no Brasil e, infelizmente, está-se discutindo de novo a CPMF para resolver esse problema.

Mas gostaria também que v.exa. nos trouxesse os dados de dois hospitais federais em Santa Catarina, que talvez deva ter esquecido: do Hospital Universitário e do Hospital Florianópolis, que é um hospital federal e que não deve ter um índice de contaminação hospitalar muito diferente dos que v.exa. trouxe e que são do governo do estado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Com certeza, deputado Edison Andrino, a sua preocupação é extremamente pertinente. O Hospital Universitário possui índices menores, exatamente pela quantidade de estudantes que ali aprendem no seu dia-a-dia. E sabemos que grande parte das contaminações se dá pela questão da higienização das mãos.

Quanto ao Hospital de Florianópolis, que é um hospital federal estadualizado, a situação é crítica. Confesso que não obtive os dados, mas temos lá a situação de falta de profissionais médicos, de falta de funcionários. Desde junho do ano passado o Ministério Público fez uma intervenção pedindo a contratação de profissionais médicos para o atendimento no Pronto-Socorro e até hoje há apenas dois clínicos e para cada 40 leitos, apenas seis funcionários por turno para dar conta.

Então, a sua preocupação é pertinente porque se formos fazer um levantamento, com certeza veremos que o índice lá não será inferior aos outros dois.

E como v.exa. abordou a questão da CPMF, sabemos que ela foi colocada na melhor das intenções, quando tivemos lá o ministro Adib Jatene - e v.exa. deve ter tido a oportunidade de conhecê-lo -, uma figura de referência pública não só pela sua qualificação profissional, mas pela sua visão histórica de saúde neste país. E vemos até hoje continuando ele a defender a CPMF.

No entanto, em determinado momento, os recursos da CPMF começaram a sair para, inclusive, pagar juros da dívida externa, situação que hoje não temos mais, porque quando vimos agora a aprovação da Emenda n. 29, com um debate histórico feito no Congresso, estamos vendo que lá significa a garantia da aplicação dos 10% do Orçamento da União na Saúde. E com certeza esse índice, mesmo que seja pequeno, menos 0,010% como está sendo proposto, ajudaria, com certeza absoluta, a recuperar essa situação drástica que apresentam os hospitais brasileiros.

Como médico e representante da saúde neste Parlamento não nos podemos furtar a esse debate. Por isso estamos trazendo-o de forma constante, de forma propositiva, ajudando e, inclusive, alertando o estado que nós também temos que mostrar que saúde é uma referência e, principalmente, uma prioridade administrativa!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e catarinenses, no horário do nosso partido, o PSDB, vou dar continuidade ao pronunciamento feito na parte da manhã, também no horário do partido, pelo líder da nossa bancada, deputado Marcos Vieira. E com certeza ele externou daqui a sua preocupação e, acredito, de todos os srs. deputados e de toda a sociedade brasileira. E se ele tiver juízo e responsabilidade, deve ser também a preocupação do presidente Lula e de sua equipe de governo.

A imprensa vem divulgando diariamente índices de aumento da inflação em nosso país. E para que ela não comece a alcançar patamares quase fora da realidade, serão necessárias intervenções muito fortes por parte do governo federal.

No dia-a-dia as pessoas estão indo aos supermercados, às padarias, etc. e visto que, com o mesmo valor em dinheiro que gastavam menos de uma semana atrás, não conseguem mais adquirir as mesmas mercadorias. E isso está sendo comprovado, hoje, através da *Folha de S.Paulo,* conforme se reportou o líder da minha bancada, deputado Marcos Vieira, na manhã de hoje.

Só quero ler aqui uma parte da matéria que fala do nosso pão sagrado de cada dia, já que ainda temos um grande número de brasileiros neste país que ganham única e exclusivamente para comprar o pãozinho sagrado do dia-a-dia, quando conseguem alguma coisa. Mas diz a *Folha de S.Paulo:*

(Passa a ler.)

"Pressões 2

As carnes bovinas, que também vinham em queda, começaram a reagir e acumulam 2,51% nas últimas quatro semanas. Alguns tipos de cortes, como a costela, tiveram alta de 6%."

Olhem que a costela é, como se diz na língua popular, a comida do pobre, porque ele pensa que faz muito efeito por causa do preço e acaba ainda tendo perda.

(Continua lendo.)

"Efeito trigo

Já a elevação do trigo no mercado internacional trouxe mais pressões internas sobre a farinha e pãozinho. Dados da Fipe indicam que a farinha de trigo ficou 13% mais cara em quatro semanas, puxando os preços do pão francês em 7% no período."[sic]

Então, em quatro semanas, o pão francês aumentou 4%.

Então, é a preocupação de todos os brasileiros. E com certeza absoluta nós, do PSDB, que no passado éramos extremamente criticados por este governo que aí está do PT, dizendo que não tínhamos um plano de governo, que não tínhamos uma ação de governo efetiva para frear a inflação no período em que Fernando Henrique Cardoso tinha adentrado no governo como ministro da Fazenda e, depois, como presidente da República, esperamos que, com relação ao que está começando a deslanchar agora em termos de inflação, o PMDB, que apóia o governo em nível nacional, e o próprio PT, que é, efetivamente, o comandante maior da nação, façam alguma coisa para não deixar a população brasileira viver momentos de crise na inflação que vivemos no passado. Fernando Henrique Cardoso deixou este país nos trilhos para que o presidente Lula e sua equipe não cometessem deslizes para que o país vivesse com uma inflação estabilizada.

Então quero, desta tribuna, deixar esse alerta de que todos nós devemos ficar vigilantes e cobrar do governo federal uma ação efetiva contra o aumento de inflação neste país, que começou nos últimos 50 dias a deslanchar para um patamar muito alto. E se deixarmos mais 40 ou 50 dias, eles não terão condições de suportar.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ouço o grande líder da minha bancada, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado José Natal, na sessão matutina, eu abordei exatamente a questão do alto índice do custo de vida que hoje nos assombra, bem como a alta arrecadação de impostos que o governo federal vem obtendo a cada mês que passa.

Lembro-me de que quando a inflação chegava a 80% ao mês, sabiamente, o então candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do então presidente Itamar Franco, colocou em prática aquilo que o povo brasileiro mais desejava: um plano que estabilizasse a moeda: o Plano Real. Inclusive, o atual senador da República, Neuto De Conto, foi o relator do projeto do Plano Real em 1994. A inflação despencou, o custo de vida estabilizou e a população passou a ter mais condições de compra no país; a população passou a ter mais alimentos em casa; a população passou a fazer com as nossas riquezas girassem mais rapidamente dentro do Brasil.

Ora, passados 14 anos, quem, hoje, tem por volta de 18 anos de idade não se lembra da inflação de 80%; só se lembra de inflação de 1%, de 0,5%, de 2%, mas enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso foi governo, a inflação ficou absolutamente normalizada. Hoje a inflação já começa a assustar a população brasileira. Se deixarmos a situação ficar como está, nós vamos chegar a uma inflação de mais de 6% este ano. Nós já vemos isso nos jornais; v.exa. mostrou a *Folha de S.Paulo* e hoje pela manhã eu mostrei vários jornais. A população está comprando menos porque começa a ter menos dinheiro. Uma senhora deu uma entrevista numa grande rede de televisão dizendo que o almoço de domingo com convidados não acontece mais, deputado José Natal! O presidente Lula disse que a inflação prejudica o menor. Quem ganha então? É o agricultor? Não! O agricultor está pagando mais caro o fertilizante. Os sais minerais aumentaram 70% ou 80%, os vermicidas tiveram um aumento de 30%, deputado José Natal.

Eu agradeço o aparte! Mas está aumentando! Presidente Lula, controle esse leão!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Se reeditar a CPMF vão sobrar no caixa do governo, dando aumento para o funcionário público, R$ 11 bilhões...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DE ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, por até 19 minutos, o líder da bancada, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, visitantes que nos honram com sua presença neste Parlamento catarinense na tarde de hoje, minha saudação ao vereador de Araranguá, que é conhecido lá popularmente como Luiz do Baião, o mais votado da história de Araranguá, e que veio prestigiar-nos. Nós ficamos honrados com a sua presença, assim como com a do seu genro, um advogado honrado da região, que também prestigia o Parlamento catarinense.

Quero aqui me ater a alguns dados importantes, importantíssimos. Deu para sentir a garra, a visão do eminente deputado Jaime Pasqualini, que em pouco tempo absorveu um espaço que até agora era ocupado pelo eminente deputado Joares Ponticelli, que é o de fazer acusações ao governo todos os dias. Agora, quero dizer que as pessoas que estão repassando alguns dados a v.exa. devem fazê-lo de forma

correta, porque assim estão colocando v.exa. em maus lençóis, haja vista que os dados não são verdadeiros. E estou falando isso com muita tranqüilidade, nobre deputado.

Santa Catarina já teve muitos governantes que tiveram várias oportunidades de poder fazer uniforme para a rede estadual de ensino de Santa Catarina. Tiveram tempo de sobra, mas não tiveram competência ou compromisso com a Educação em Santa Catarina. O governador Luiz Henrique planejou aonde quer chegar e caminha para lá, no sentido de buscar aquilo que é fundamental para a sociedade catarinense.

Por isso, quero aqui colocar com precisão e com tranqüilidade que os alunos já receberam no ano passado uniformes de qualidade, mas de qualidade mesmo! E já estão preparando para entregar este ano ótimos uniformes, com tênis e meia de qualidade, enfim, tudo de primeira, para que haja equilíbrio e o filho do pobre chegue à escola sem diferenciação. Foi com essa intenção que os uniformes dos estudantes foram comprados. Cerca de 400 mil alunos da rede pública estadual começarão a receber na semana que vem os novos uniformes produzidos pela empresa Mercosul, de Blumenau. Os uniformes são compostos de um par de tênis, dois pares de meias, uma camiseta, uma calça, uma blusa, abrigo, etc.

Estou falando aqui para que todos os telespectadores que nos acompanham saibam, pois o eminente secretário da Educação, Paulo Bauer, esteve em Blumenau para receber todos os uniformes. E o *Diário Catarinense* estampou a seguinte manchete: "Empresa localizada em Blumenau fabrica 400 mil uniformes para estudantes."

Então, não foi usada mão-de-obra lá de fora, mas de Santa Catarina. Sendo assim, deputado, gostaria que aqueles que dão informações a v.exa., que hoje é um deputado estadual respeitado, não passassem dados errados para não deixá-lo em maus lençóis.

Srs. deputados, o deputado Kennedy Nunes faz acusações constantemente sobre o hospital de Joinville, mas eu já fiz um reparo aqui com relação a esse assunto e gostaria de preparar, no segundo tempo, um reparo também sobre Rio do Sul, onde havia dez leitos e estamos aumentando para 20. É evidente que quando se está fazendo a recomposição dos leitos antigos para os novos, às vezes não está tudo pronto e alguns pacientes têm que ir para outra região, como vão de Araranguá para Criciúma e vice-versa. Mas em seguida nós já vamos ter os leitos para receber o pessoal de toda aquela região, porque essa é uma obrigação do governo. Quem assume o governo tem obrigação com a sociedade e tem que buscar resultados.

Por isso, quero cumprimentar o eminente secretário de estado da Educação, que com o aval do governador do estado está fazendo uma revolução na educação de Santa Catarina, colocando em cada aluno da rede estadual um uniforme de qualidade.

Então, não posso negar e preciso registrar isso, ou seja, resgatar toda a verdade porque isso é fundamental. E dizer que Santa Catarina foi administrada por muitos governadores e também pelo governador de v.exa., deputado Jaime Pasqualini, e também do deputado Kennedy Nunes, e teve oportunidades de sobra para fazer obras, mas esqueceu que o oeste de Santa Catarina tinha 54 municípios sem pavimentação asfáltica. Hoje o governo do estado - e eu estou falando aqui o que é real, porque nós não precisamos inventar nada - pavimentou 32 acessos a pequenas cidades e ainda faltam 22. Uns estão sendo feitos, outros estão em licitação. Então, hoje nós temos um governo comprometido com a sociedade catarinense.

Então, não precisa fazer força nenhuma para defender um governo honrado aqui em Santa Catarina. Eu me sinto honrado com os meus cinco mandatos vindo aqui defender um governo que cumpre o que promete, que promove ações aqui em Santa Catarina.

Srs. deputados, essas galerias estavam lotadas, e os deputados da Oposição aqui fazendo pronunciamentos que chegavam a mexer com o microfone e com as paredes, dizendo que o governo do estado esqueceu o aposentado, o magistério e não cumpre a sua missão. O governo do estado de Santa Catarina está mandando um projeto terça-feira para esta Casa e o aposentado da Educação terá o mesmo valor do Prêmio Educar.

Eu quero saber se os deputados da Oposição nesta Casa vão cumprimentar o secretário da Educação, o governo do estado, se vão agradecer ao governo, porque agora, sim, está cumprindo uma missão, porque o governo planeja e determina ações para buscar seus objetivos, que são fundamentais. E eu não tenho dúvida nenhuma - e faço com facilidade - em defender o governo. Agora, aqueles que estiverem no governo, que mentiram e enganaram, fica muito difícil defender. Por isso, foram derrotados, evidentemente, porque não cumpriram suas promessas e enganaram a população!

Então, o Prêmio Educar agora é Prêmio Jubilar, para aqueles que prestaram relevantes serviços ao nosso estado, como os aposentados, que vão recebê-lo a partir de agosto.

Eu, como parlamentar de cinco mandatos, venho dizer, em nome da minha bancada, em nome de todos os deputados que fazem parte deste governo, que temos cumprido nossa missão, buscando aquilo que é fundamental para o povo catarinense, ou seja, governar, através da descentralização, para o povo.

Srs. deputados, ter a licitação de um aeroporto anulada pode acontecer em qualquer governo e não dá nem para levar em conta. Pior é quem não licitou, quem não tinha nem coragem para licitar porque nunca planejou desenvolvimento. Agora, só erra quem faz, quem luta e quem trabalha. Então, é preciso aprender a lição, ou seja, governo tem que realizar. E se não quiser realizar, fica sem discurso, fica desmoralizado. É assim que está um ex-governador, que está desesperado para voltar, mas o povo não o quer mais!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vou conceder um aparte ao deputado Kennedy Nunes, de Joinville, aquela cidade maravilhosa, que orgulha Santa Catarina. E v.exa. tem que passar a defender um pouquinho mais a sua cidade, v.exa. a acusa muito e eu acho que isso não é bom nem para v.exa. nem para aquele povo.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, só deixe-me dizer-lhe uma coisa: gostei do seu discurso. V.Exa. hoje foi muito bem e o seu discurso foi uma sinfonia para os meus ouvidos, porque mostra a importância da Oposição neste Parlamento.

O seu governo, depois das nossas críticas, no ano passado, de que fizeram o uniforme fora de Santa Catarina, este ano estão fazendo aqui. Quanto ao Prêmio Educar, após criticarmos o governo por fazer as coisas contrárias, agora vai mandar o projeto para cá.

Parabéns! Vocês estão ouvindo a Oposição! Obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria que depois v.exa. corrigisse as suas palavras dizendo que se enganou, pois a empresa de Blumenau que fez este ano foi a que fez a outra. V.Exa., que mora em Joinville, pertinho, deve buscar melhor as informações para depois vir aqui fazer essas acusações. Então, v.exa. me perdoe, com todo o respeito, mas foi a mesma empresa que confeccionou ano passado e é de Blumenau, administrada por amigos que apóiam o governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, pelo restante do tempo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, vou ser mais rápido do que o costume, porque o deputado Manoel Mota não é muito bom na matemática, na divisão dos minutos que nós temos na bancada. Mas vamos tentar falar sobre o Hospital Tereza Ramos, de Lages.

O hospital foi inaugurado, deputado Jaime Pasqualini, como um hospital de qualidade. O hospital, com o governador Luiz Henrique da Silveira, a partir de 2003, com a descentralização e com a secretaria de Desenvolvimento Regional, voltou a ser do estado, pois quando era do município tinha 74 leitos e hoje conta com 184 leitos de qualidade. Foi construída uma central de esterilização, depois uma UTI neonatal, o centro obstétrico, os apartamentos foram mobiliados, reformados e hoje têm frigobar, televisão a cabo, calefação e cadeira do vovô.

É, portanto, um hospital de qualidade, que só se tornou realidade com o governo Luiz Henrique da Silveira. E agora, com a reforma de uma parte da entrada, a sua estética melhorou muito, ficou bonito. O Hospital Tereza Ramos hoje conta com 4.230m²; o setor administrativo tem 850m², atendendo o departamento de recursos humanos, de contas médicas, de arquivo estatístico, de controle de infecção hospitalar e de educação continuada.

Deputado Jailson Lima, v.exa falou que as nossas unidades não têm controle de infecção, pois quero dizer que todas as 14 unidades do estado de Santa Catarina têm controle de infecção, inclusive em Lages foi inaugurada agora a área de controle de infecção hospitalar.

Continuando, a recepção e a admissão têm uma área de 120m² para recebimento de pacientes e acompanhantes. O mezanino, também com 120m², tem uma área na unidade obstétrica para espera de familiares até o nascimento do bebê. Foram realizadas melhorias nos acessos internos e externos, facilitando a circulação e proporcionando maior segurança à população.

A ala de queimados agora está funcionando. E a unidade de terapia de queimados tem uma área de 690m², com oito leitos à disposição da comunidade já funcionando, já atendendo pacientes.

Srs. deputados, esta é a foto do novo Hospital e Maternidade Tereza Ramos, mostrando o novo aspecto e não aquele com cara de doente. Esse hospital foi inaugurado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, pelo secretário Dado Cherem, pela diretora Carmem Zanotto, com a participação da população.

Faço questão de mostrar que o Hospital e Maternidade Tereza Ramos hoje está diferente e essa mudança foi iniciada quando eu era secretário de Desenvolvimento Regional, deputado Jaime Pasqualini. Foi na descentralização que iniciamos todo o processo de modificação do nosso hospital.

O hospital hoje possui 184 leitos. Anteriormente tinha 300 funcionários e agora tem 639, sendo todos concursados. A UTI neonatal é considerada uma das melhores do estado de Santa Catarina. Em breve contará com um aparelho de ressonância magnética.

Há coisas interessantes no nosso hospital. Lá nascem de 250 a 300 bebês por mês. As mães têm direito a acompanhante durante a internação, com todas as refeições, ou seja, café da manhã, almoço, café da tarde e janta. As mães dos bebês que ficam na UTI neonatal, devido a problemas, permanecem no hospital com direito à alimentação. As crianças nascidas naquele hospital saem com certidão de nascimento, vacinas, teste do olho, da orelha, do pezinho e uma consulta gratuita, depois de sete dias, para o recém-nascido e para a mãe.

Daqui a pouco vão perguntar se aquele hospital é público ou se tem convênio com a Unimed. Respondo que é um hospital público de qualidade pelo qual nós, serramos, esperávamos há muito tempo. E hoje temos lá um hospital onde podemos entrar e não sentir que estamos entrando num lugar para doente. É um hospital bonito, bem feito. O hospital deseja que as pessoas que para lá se dirijam sintam que vão buscar saúde e não doença.

Agradeço aqui ao governador Luiz Henrique da Silveira pela inauguração daquele hospital, pois lá as pessoas têm certeza de que vão buscar saúde e não doença.

Sr. presidente e srs. deputados, hoje o governador anunciou que serão concedidos R$ 200,00 para os aposentados da Educação. E hoje pela manhã o deputado Pedro Uczai me falou que será muito bom que essa quantia vá para os aposentados da Educação. Não queremos medida provisória. Não será através de medida provisória, mas, sim, através de um de projeto de lei, que a partir de terça-feira tramitará na Casa. E todos nós votaremos pelo aposentado da Educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra com satisfação a presença do deputado licenciado Joares Ponticelli, que se encontra no plenário aos abraços com o deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Os nossos cumprimentos também ao deputado Joares Ponticelli, que tão bem representa este Parlamento no estado de Santa Catarina. E o mais importante de tudo isso, deputado Julio Garcia, é que ao observarmos o abraço afetivo do deputado Manoel Mota no deputado Joares Ponticelli, lá nos corredores, temos a demonstração de que o embate aqui é resultado da democracia e que as relações pessoais se eternizam politicamente. E essa relação afetiva mostra quanto os dois são grandes representantes catarinenses.

Mas quero dizer ao deputado José Natal, nosso grande companheiro que assomou há pouco, deputado Pedro Uczai, esta tribuna para falar, mais uma vez, sobre a CPMF, de recordes de arrecadação, que ele tem que entender que o presidente Lula foi um grande presente de Natal para esta nação. E é por isso que ele acabou, quando o indiquei para receber o título de Cidadão Catarinense, dando parecer favorável. Até porque se o Brasil tem recorde de arrecadação é porque está bem. Diferente de antes, quando não havia todos esses recursos.

Mas nós hoje, em Santa Catarina, estamos tendo o privilégio de receber a visita da ministra mais bonita do Brasil, ou seja, a ministra Marta Suplicy, que está sendo acompanhada pelo grande deputado Décio Góes, de Criciúma, que foi um grande prefeito e voltará a ser, juntamente com a nossa senadora Ideli Salvatti. E com certeza a ministra Marta Suplicy vai sair do planalto serrano revitalizada, pois depois que lá comer farofa de pinhão vai sair oxigenada para enfrentar os embates eleitorais na cidade de São Paulo.

Em Santa Catarina, a ministra Marta Suplicy assinará um convênio de R$ 9 milhões simplesmente para a área de turismo, para o chamado corredor da beleza, pegando o planalto serrano, as serras, trazendo recursos que até então nunca existiram, os quais foram trazidos para cá com o empenho da nossa senadora Ideli Salvatti. A nossa ministra, além de sobrevoar o planalto serrano, estará assinando um convênio na cidade de Bom Jardim da Serra para diversos municípios, entre eles, São Joaquim, São José do Cerrito, Campo Belo do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto e diversos municípios do litoral, para a construção de centros de convenção, sinalização turística, reurbanização de praças, revitalização de orlas marítimas, no caso dos municípios do litoral; calçamento, pequenas obras pontuais muitas vezes. São, em média, R$ 150 mil para cada município dito pequeno.

Nós, que fomos prefeitos, deputado Pedro Uczai, sabemos que isso representa muito recurso, principalmente para uma área que até então neste país era esquecida. Mas o nosso governo, principalmente através da ministra Marta Suplicy, tem demonstrado que turismo é fonte de inclusão e fonte de desenvolvimento socio-econômico.

Então, a ministra está mostrando no nosso estado que é possível fazer isso, notadamente num governo como o do presidente Lula.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - A presença da ministra Marta Suplicy mostra a posição do governo federal em optar por investir em Santa Catarina e apoiar uma área que é tão estratégica para o desenvolvimento, que é o turismo. Por isso, o governo do estado precisa efetivamente construir uma política de turismo em Santa Catarina. Provavelmente não vai ser com o empresário Marcondes de Matos, o homem da Moeda Verde, que parece ter sido içado à presidência do Conselho de Turismo de Santa Catarina. O homem da Moeda Verde vai coordenar o Conselho de Turismo em Santa Catarina. Quem sabe somente a ministra para construir uma política pública para este estado, para que possamos ter aqui mais turistas e desenvolvimento.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Além de tudo, é importante ressaltar, deputado, que para nós a senadora Ideli Salvatti é um grande orgulho e um orgulho para o estado catarinense.

Para aqueles prefeitos que muitas vezes deixam de captar recursos, quero dizer que tenho aqui o manual da senadora Ideli Salvatti, *Manual de Obtenção de Recursos Federais*, um livro que pode instrumentalizar os prefeitos, um livro que mostra que a nossa senadora, pela sua formação de professora, está sendo uma grande professora política no Senado Federal, não só ao defender um governo como o nosso, mas principalmente pela sua atuação.

A vinda da ministra Dilma Rousseff, recentemente, ao estado de Santa Catarina para discutir obras de infra-estrutura dá mostras do esforço, da força e do potencial da nossa senadora. A vinda agora da ministra Marta Suplicy dá mostras novamente de que a senadora Ideli Salvatti representa este povo catarinense com fibra, com dignidade, com honradez no Congresso Nacional, trazendo recursos para o estado de Santa Catarina.

Por isso, como prefeito que fui, quero fazer um alerta a todos os prefeitos, no sentido de entrarem até o dia 25 no *site* do ministério das Cidades, para ali apresentarem os seus projetos, a fim de que os municípios possam captar recursos para as suas cidades, para a construção de corredores estruturais de transporte coletivo e urbano; para o apoio e elaboração do sistema de integração do transporte coletivo e urbano; para a implementação do sistema de circulação não motorizado; para a implantação de medidas de moderação de tráfego; para obras de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.

No alto vale nós estamos informando os prefeitos, mas aqui também fazemos um alerta: até o dia 25 deste mês as prefeituras poderão acessar o *site* do ministério das Cidades e ali apresentar seus projetos, com o objetivo de trazer mais recursos e, principalmente, melhorar a vida do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECk - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje, pela manhã, fizemos uma apresentação verbal de uma situação da Educação em Canoinhas, na Escola Roberto Zipper, no Campo da Água Verde. E para elucidar e comprovar que a verdadeira centralização aconteceu em Canoinhas, nós vamos apresentar brevemente algumas fotos, a fim de comprovar esse fato lamentável, pois o dia letivo ocorreu na rua e não na sala de aula da escola, porque não havia condições.

(Procede-se à apresentação de fotos.)

A constatação registrada nas fotos iniciais demonstra realmente que não há condições. O deputado Manoel Mota fez aqui um discurso e colocou o nosso estado na condição da Suécia, mas nós pudemos ver, pelas fotos, que as crianças e os professores de fato foram à escola, mas tiveram a aula na rua. É um fato lamentável, comprovando que esse modelo de descentralização, infelizmente, não vem dando certo. É o modelo da engenharia política, é o modelo da centralização, do cabide de emprego e não da solução e dos investimentos para Santa Catarina.

Esperamos que o governo do estado, através de seus interlocutores, possa tomar uma providência urgente, deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Silvio Dreveck, não entendi. Isso aí foi o que aconteceu em Rio Negrinho, no ano passado?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Não, deputado Kennedy Nunes, isso aconteceu agora, segunda-feira, no município de Canoinhas.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Segunda-feira agora, em Canoinhas?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sim, nesta segunda-feira agora.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - E as crianças tiveram aula na rua? Por quê?

O Sr. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Tiveram aula na rua porque a escola está em reforma desde 2005, a qual ainda não foi concretizada. E como a escola não tem condições de proceder à aula dentro da sala, os professores acharam por bem ir para a rua. Ainda bem que não estava chovendo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Deputado, primeiramente quero relatar um fato aqui e depois vou conceder um aparte a v.exa., com muito respeito.

Outro fato que chamou a atenção, no dia de hoje, foi a atitude do governo do estado com relação à denúncia do *Diário Catarinense* sobre o grande volume de recursos aplicados pela secretaria de Desenvolvimento Social sem licitação. O governo disse que a decisão tomada depois da reportagem do *Diário Catarinense* é que agora o processo de contratação de empresas para ministrar cursos de capacitação passará pelo grupo gestor.

Ora, deputado Kennedy Nunes, ainda não estávamos nesta Casa, mas nossos colegas deputados do Partido Progressista, em 2004, 2005, já haviam feito denúncia ao Ministério Público e também ao Tribunal de Contas. E aqui estão os documentos desse procedimento do governo do estado de contratar através de dispensa de licitação. Na época, os valores ultrapassavam R$ 400 milhões. Hoje ultrapassam R$ 0,5 bilhão.

Então, essa não é nenhuma novidade. O estranho é que mesmo com essa manifestação, com essa informação, através do nosso partido, junto ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, o governo tomou conhecimento porque também foi feito um pedido de informação sobre o porquê desse procedimento. Na verdade, não se respeita a lei da licitação. E a resposta foi evasiva, mais uma vez, não contemplando o pedido de informação do Partido Progressista. Lamentavelmente, como não se tomou nenhuma iniciativa por parte do governo, continuaram as contratações sem o processo licitatório.

Obviamente, srs. deputados, que se há um procedimento sem a devida licitação, sem a devida concorrência, dentro do que determina a Lei n. 8.666, que é tomar todos os procedimentos através do processo licitatório, ele não é o recomendado. O estranho, como eu já disse, é que apesar do Partido Progressista haver alertado o governo para o que estava acontecendo, infelizmente não houve nenhuma iniciativa. Continuou esse procedimento que é contra a lei e agora, através de um relato do *Diário Catarinense*, o governo diz que vai passar pelo comitê gestor.

Ora, se isso tivesse sido procedido com antecedência, poderia ter sido evitada essa situação desconfortável. E, além de desconfortável, é uma situação suspeita, é um procedimento que não é recomendável a qualquer governo.

Então, nós lamentamos o fato profundamente, porque o dinheiro é público e quando o dinheiro é público, todos nós temos que zelar por ele: governo, parlamentares, Situação, Oposição, não importa. O fato é que todos nós temos o dever de zelar pelo dinheiro público.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, eu vejo que às vezes o governo dá ouvidos rapidamente à Oposição. Por exemplo: mandar para cá um projeto para beneficiar os professores aposentados depois de havermos criticado tanto a omissão daqueles servidores. Com relação ao fato dos uniformes escolares estarem sendo confeccionados fora de Santa Catarina, também deu ouvidos rapidamente. Às vezes, no entanto, a cera tampa o ouvido e apenas a imprensa noticiando é que passa a tomar uma atitude.

Bem falou v.exa. que o nosso partido há tempo comunicou à Justiça, ao Ministério Público essa situação, a fim de acabar com essa palhaçada que há aqui em Santa Catarina, que é desrespeitar a Lei n. 8.666, que garante a realização das licitações. Bem lembrada, portanto, mais uma vez a importância da Oposição neste Parlamento em decidir, discutir e denunciar as coisas, mesmo que alguns não queiram ouvir.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só queria deixar registrado aqui que vamos fazer uma pequena homenagem ao jornal do Partido Progressista pelos cinco anos de existência e para isso queremos convidar todos os parlamentares para cortar um bolinho para comemorar esse aniversário, pois o nosso partido é sentinela nesta Casa e esse jornal é um grande veículo de comunicação.

V.Exa., sr. presidente, e todos os deputados estão convidados para comer um bolinho conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência consulta os srs. líderes se podemos colocar em votação os Projetos de Lei ns.: 0129/2008, 0007/2008 e 0001/2008.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo concordância, vamos proceder à votação desses projetos com a leitura, evidentemente, das ementas com a devida calma, deputado Kennedy Nunes.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0129/2008, de origem governamental, que autoriza o Poder Executivo a constituir garantias em favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, em favor da Casan.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, a nossa bancada é favorável ao projeto. Aprovamo-lo nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças pelos seguintes fatores.

Em primeiro lugar, pela importância do saneamento em Santa Catarina, que é um dos estados que em percentual de cobertura só ganha do Piauí. Portanto, tem que haver investimento público na área de saneamento em Santa Catarina.

Em segundo lugar, o Plano de Aceleração do Crescimento do governo federal tem como uma das prioridades o saneamento básico em todo o país. E tivemos há poucos dias a presença da ministra Dilma Roussef, assim como do presidente Lula, no Maciço do Morro da Cruz, trazendo recursos para a área de saneamento.

Em terceiro lugar, além do investimento dos recursos de financiamento do BNDES, o governo federal, através do PAC, está permitindo mais R$ 40 milhões do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, no planejamento da Casan. Portanto, a contribuição do governo federal também para Santa Catarina é não só em forma de financiamento do BNDES, como também a fundo perdido.

Em quarto e último lugar, considerando isso, nós apoiamos e aprovamos este projeto. E o governo do estado vai colocar também em garantia do financiamento não só o patrimônio da Casan, como também o próprio fundo de repasses dos recursos para o estado. Portanto, dá garantia de honrar esse compromisso de financiamento, porque é dinheiro público.

Ao mesmo tempo, quero dizer que o governo do estado deveria também disponibilizar no seu Orçamento mais recursos para a Casan a fundo perdido, que hoje não existem. Como o governo federal vai colocar R$ 40 milhões, nós gostaríamos que o governo do estado também colocasse, pelo menos, R$ 20 milhões do Orçamento do estado para investimento em saneamento, pois hoje não está previsto.

Votamos favoravelmente porque é mérito para Santa Catarina e ganham o estado e o governo.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Quando assumimos o nosso mandato, deixamos bastante claro que teríamos três direções para lutar nesta Casa: o saneamento, o meio ambiente e a educação.

Quanto à educação, recebemos a boa notícia, hoje, do Prêmio Jubilar, dando paridade aos inativos. Lavamos a alma. E na questão do saneamento é com grande orgulho que votamos a favor desse projeto, porque dele consta a relação dos municípios em que serão realizadas obras, coisa que as nossas Câmaras Municipais e toda a população poderão fiscalizar.

Portanto, é com grande orgulho que estamos votando favorável a esse projeto relacionado à Casan e ao governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0007/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que dispõe sobre a compensação social em municípios que abrigam estabelecimentos prisionais no estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0001/2008, de autoria da Mesa da Assembléia Legislativa, que denomina Beto Carrero a rodovia que liga a BR-101 à rua Inácio Francisco de Souza, no município de Penha.

Está apensado a este projeto um de igual teor da deputada Ada De Luca.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 15h53 para a votação em segundo turno dessas duas matérias e da redação final do Projeto de Lei n. 0129/2008.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 010ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h53, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Silva - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jaime Pasqualini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Conforme acordo de lideranças, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0129/2008, de origem governamental, que autoriza o Poder Executivo a constituir garantia em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES (R$ 150.475.807,00).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0007/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que dispõe sobre a compensação social em municípios que abrigam estabelecimentos prisionais no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Segurança Pública e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0001/2008, de autoria da Mesa Diretora, que denomina Beto Carrero a rodovia que liga a BR-101 à rua Inácio Francisco de Souza, no município de Penha.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 15h59.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2008
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h59, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Silva - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jaime Pasqualini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se ao projeto que legitimará aos inativos o Prêmio Jubilar; reporta-se ao art. 170.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Pedro Uczai.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Pedro Uczai.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Pedro Uczai.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se à Casan.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Reporta-se à segurança pública.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Edison Andrino.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Aborda a dupla jornada de trabalho das mulheres.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Manifesta-se a respeito das promessas cumpridas pela classe política.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reporta-se ao curso pré-vestibular gratuito.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Solidariza-se com o que expõe a deputada Odete de Jesus.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Tece comentários a respeito da reunião com o governador.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Edson Piriquito.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Solidariza-se com o que expõe o deputado Edson Piriquito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Votação da redação final do Projeto de lei n. 001/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 007/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n. 178/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, e n. 179/2008, de autoria do deputado Pedro Uczai, conforme determina o art. 206, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, cumprimentando-o pela sessão solene de entrega de medalha Virgolina Koerich Baash.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Irani, cumprimentando-o pela solenidade de abertura da Expo-Irani.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fatma, cumprimentando-o pela solenidade de entrega do Prêmio Fatma de Jornalismo.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Agência Nacional de Transporte Terrestre - Unidade Regional de Rio Grande do Sul, solicitando a implantação de sinalização e colocação de faixas de pedestres e construção de rótulas na entrada de acesso ao município de Tijucas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao presidente do Deinfra, solicitando informações acerca da existência de projeto de asfaltamento do trecho rodoviário que vai do distrito Alto da Serra até a Rodovia 283, no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em primeiro lugar quero deixar registrado aqui que fico contente pelo anúncio que os deputados da base do governo estão fazendo nesta tarde, sobre a possibilidade concreta de o governo do estado encaminhar a esta Casa um projeto de lei que inclui os servidores aposentados de Santa Catarina - e eu estou fazendo questão de dizer servidores aposentados de Santa Catarina - na mesma condição do Prêmio Educar, concedido aos professores da ativa, por duas razões: a primeira é que o projeto original não propunha prêmio educar, mas o nosso substitutivo propunha aumento salarial para a carreira do magistério, que colocaram e transformaram em salário. Mas quando o governo cria a possibilidade de incorporar ao vencimento dos aposentados os R$ 200,00, de certa forma também irá legitimar aos inativos - politicamente, não necessariamente legalmente - a possibilidade de incorporar ao vencimento da aposentadoria os R$ 200,00 concedidos no Prêmio Educar.

Por isso, quero fazer esse registro e dizer que nós da Oposição podemos fazer críticas sob perspectiva de deslegitimar o governo. Pode haver, mas quando criticamos, a perspectiva não é essa. Inclusive, todos os deputados perceberam nos meus pronunciamentos, e em várias oportunidades, que eu defendo que a Educação terá futuro se valorizarmos os educadores, que haverá futuro para a educação, se valorizarmos planos de cargos, salários e carreira; senão, não haverá futuro.

É o ideal o Prêmio Jubilar? O Prêmio Educar? Não, não é. Tem que ser carreira. Isso não é ideal, mas resolve uma injustiça, uma discriminação a duas categorias que teorizei aqui.

Fico feliz, porque os deputados da base do governo sabem o desgaste que sofreram, sabem que era discriminação e reconhecem hoje, aqui no anúncio, que houve discriminação, que houve injustiça com os aposentados da educação.

Portanto, estávamos corretos no pronunciamento, estávamos corretos na crítica, estávamos corretos quando dizíamos que a educação tem que ser coisa séria. Por isso, o governo atende não a um pedido da Oposição, porque ele tem maioria aqui, mas a um pedido da própria base, que sentiu a crítica dos educadores, e também dos educadores que estão na ativa e que fizeram crítica ao governo, porque lá na frente, ao se aposentar, não teriam o direito garantido.

Por isso, vamos fazer esse debate ao projeto de lei, que permite a discussão democrática, e ver se podemos aperfeiçoá-lo, porque essa é a tarefa da Casa Legislativa, esse é o papel da Oposição, é o papel para o qual o povo nos confiou.

Como Oposição fizemos um indicativo nesta Casa, e já tive duas oportunidades de vir a esta tribuna dizer da importância de o governo reconhecer a discriminação produzida, que de certa forma foi uma injustiça com os aposentados e que está aqui sendo reconhecida a partir do momento em que se anuncia que eles irão receber também um prêmio, que está sendo chamado de Prêmio Jubilar. Não é o ideal, mas corrige uma injustiça e uma discriminação que aqui denunciamos. Em segundo lugar, vou continuar o debate da educação em relação ao art. 170. E já fizemos isso na comissão de Constituição e Justiça. O deputado Gelson Merísio não estava presente e gostaria de relatar, porque três deputados propuseram alteração no projeto do art. 170. Inclusive, também propus uma alteração, porque hoje os alunos só podem receber a bolsa de estudo do art. 170 em 50%.

Eu não concordo com essa mudança que foi produzida na legislatura anterior, porque muitos alunos foram excluídos do acesso à bolsa de estudo de 25%, 30% e 40%. Quando regulamentamos o art. 170, do qual fui autor, colocamos bolsa parcial ou bolsa integral. Agora, a partir de 2008, alunos só podem receber bolsa a partir de 50%, e há muitos alunos, deputada Ada De Luca, que com bolsa de 30%, 40 ou 25% se manteriam na universidade!

O próprio governo federal, agora, no ProUni, além de bolsa de 100% e de 50%, vai permitir a de 25%, para fazer com que mais alunos recebam a bolsa de estudo. Um aluno de Medicina que recebe 25%, às vezes são R$ 500,00. Mas se receber 50%, irá receber R$ 1.000,00 e impedirá que outro aluno receba R$ 500,00.

Então, esta é a lógica da educação aqui no estado: temos que ampliar os recursos do art. 170 e distribuí-los de forma mais eqüitativa, em forma de bolsa de estudo. Por isso que temos que votar ainda no mês de junho para que a partir de agosto seja permitido que os 600 alunos da UnoChapecó, deputado Herneus de Nadal, que ficaram excluídos nesse semestre... E 600 alunos perderam a bolsa porque se ampliou para 50%. Todos os alunos que ganhavam 25%, 30% e 40% perderam! Assim diminuiu-se o número de bolsistas, e em muitos alunos aumentou a inadimplência. Inclusive, vi alunos chorando, dizendo que com os 30% se mantinham e que sem isso não conseguem estudar e terão que sair das universidades. Portanto, isso é uma forma de exclusão.

O ideal é todos terem 50% ou 100%, mas enquanto o cobertor é curto, os recursos têm que ser distribuídos de forma mais eqüitativa. Há aluno recebendo 50%, sendo que ele não precisaria desses 50%. Poderia receber 30%!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Eminente deputado Pedro Uczai, já discutimos essa matéria num outro momento, quando, por solicitação dos próprios alunos das universidades comunitárias, chegamos à conclusão de que os valores não podem ser mais elevados, porque isso excluirá uma grande parcela de quem não tem condições de pagar ao menos a integralidade, mas tem condições de pagar 60%, 70%. Mas, sem nenhuma previsão, exigir o pagamento de 100%, para muitos será impossível continuar na sala de aula na universidade.

Por isso precisamos encontrar saídas, soluções, para que possamos atender a essas demandas que são crescentes, urgentes e necessárias para o desenvolvimento de todo nosso estado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte ao deputado Professor Grando, que, como professor também, tem compreensão da importância desse debate.

O Sr. Deputado Professor Grando - Nós vamos encontrar a solução. A lei tem que flexibilizar. E cada instituição, se entender que um aluno com 100% precisa e é obrigado a estudar, tem autonomia para isso. O nosso dever, como deputado, é flexibilizar.

Gostaria de dizer que também sou um dos deputados que propõem uma emenda de complementação ao art. 170, para que essa seleção seja feita anualmente, porque com isso economizamos recursos, burocracias. E significa que podemos ter em cada instituição mais dez ou 15 alunos contemplados pelo art. 170. Também o objetivo é ajudar, como v.exa. tem toda a idéia de flexibilizar.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Manoel Mota, concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Serei bem rápido. No ano passado, os meus pares de Oposição diziam que o governo não estava honrando o art. 170. E eu disse muitas vezes que o governo iria honrar até o final do ano, e ele honrou. E agora já vai começar a fazer os próximos pagamentos.

Então, se se discutem alguma coisa dizendo que o governo não está honrando, depois é bom podermos vir aqui dizer que o governo honrou e deixar assim os estudantes tranqüilos.

Vamos trabalhar juntos para buscar outras demandas fundamentais para os nossos estudantes, principalmente, que precisam muito de apoio. E nós temos dado esse apoio a cada instante!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

É evidente que os 5% previstos na Constituição do estado para a destinação de bolsa de estudo do art. 170 não estão sendo cumpridos. Hoje estão sendo cumpridos R$ 34 milhões. O art. 170, com os 5%, passaria de R$ 50 milhões.

Então, o deputado Manoel Mota também tem que nos ajudar porque os convênios viabilizados entre os reitores e o governo do estado não repassam os 5% previstos na Constituição do estado. Mas em outro momento nós queremos, deputado Manoel Mota, cobrar uma lei que o governador sancionou, o art. 171, que é a previsão de mais R$ 50 milhões para o ensino superior de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Moacir Sopelsa, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. deputado Julio Garcia, presidente desta Casa, srs. deputados, sras. deputadas, eu ouvi, nesta tarde, desta tribuna, o deputado Pedro Uczai falar sobre a Casan e as bolsas de estudo. Quero deixar registrado, deputado, os cumprimentos também ao dr. Walmor De Luca. Eu sei que quando assumiu, a Casan estava numa situação difícil. E com aquele seu gesto polêmico, de trabalho, de uma pessoa persistente, fez com que, hoje, embora saibamos que ela precisa de muita coisa ainda, a Casan pode ter essa oportunidade de buscar esses convênios, esses financiamentos, junto com o governo federal e começar efetivamente a desenvolver algumas ações na infra-estrutura dos nossos municípios.

Da mesma forma, concordo com v.exa. quando falou das bolsas de estudo. É claro que gostaríamos que se pudesse pagar pelo menos 50%. Mas temos que procurar fazer com que os poucos recursos possam ser distribuídos da melhor forma para que atendam às necessidades dos nossos estudantes que têm dificuldade de buscar um curso superior.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Moacir Sopelsa, só quero também fazer um registro com relação à questão do presidente da Casan. E é por isso que confiamos na Presidência da Casan, nessa relação do bom investimento dos recursos do governo federal.

Fomos prefeito de Chapecó e todos os acordos que construímos de uma forma compartilhada entre Casan e prefeitura municipal de Chapecó foram cumpridos. E também faço esse registro e torço para que esses recursos sejam muito bem aplicados para que o saneamento vire uma prioridade na política pública de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai. Eu dizia a v.exa., hoje, que muitos dos que estão aqui nesta Casa hoje já tiveram a oportunidade de ser prefeitos em suas cidades. E isso é muito importante!

Deputado José Natal, ouvi falarem aqui, e eu falava ontem com o colunista Moacir Pereira e com o deputado Marcos Vieira, exatamente sobre o custo da alimentação e o risco que eu enxergo de entrarmos numa fase de inflação.

Eu consegui anotar alguns dados. V.Exa. colocava que nos últimos 30 dias, por exemplo, a carne suína teve um aumento de 16.1%, o arroz, nos últimos 30 dias, um aumento de 13.84% e a carne bovina, em média, um aumento de 2.51%.

Deputado José Natal e srs. deputados, trago aqui o que acontece com a agricultura. E eu ainda não vi, mas parece-me que está sendo repassado, por enquanto, parte do nosso custo de produção a partir da safra 2008/2009, se o produtor não pagar mais uma vez a conta. Senão, vejamos: os fertilizantes - nitrogênio, uréia - tiveram um aumento do ano passado para este ano de 50%. Os herbicidas tiveram um aumento de 30%. As sementes se mantiveram. O aumento do custo das máquinas foi de mais de 50%. No ano passado, para se fazer um hectare de plantio de milho, gastava-se R$ 1.053,00. Este ano vai se gastar, na safra de 2008/2009, R$ 1.800,00 para fazer o mesmo hectare de lavoura. Ou seja, um aumento de 80%, deputado José Natal. E se formos ver aquilo que foi repassado - e o consumidor e a dona-de-casa precisam nos entender -, temos que ver se o consumidor tem condições de absorver esses aumentos que estão sendo dados, ou se vamos ficar, como ficamos durante muitos anos, atendendo a planos dos governos federais anteriores, quando se produzia frangos a R$ 0,90 o quilo.

Então, há que se ter cuidado. Fala-se que a carne suína aumentou em média 16%, que a carne bovina 2%, mas os sais minerais, deputado Edison Andrino - e v.exa. é produtor de ovinos -, aumentaram, nos últimos seis meses, de 70% a 80%.

Portanto, vamos ter de tomar alguns cuidados e fazer alguns alertas. Acho que o governo federal precisa começar a fiscalizar e a buscar alternativas para não entrarmos numa fase de inflação, em que ninguém suporta consumir os produtos que vão ser produzidos com os insumos que estão aumentando em média 50%.

A questão dos adubos está na mão de pouca gente, e a questão dos sais minerais da mesma forma.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOLPESA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Moacir Sopelsa, a nossa missão, como legisladores, também está nessa questão pontuada por mim, por v.exa. e por outros deputados. Nós temos que começar a alertar o governo federal agora, porque os patamares já estão altos. Veja que 13% de aumento do preço do arroz na primeira semana é um absurdo! Se não começarmos a fazer essa observação, quando a sociedade perceber, ela já não conseguirá mais entrar no supermercado.

V.Exa., que é da área, está dando um dado importante agora: que o valor do insumo com certeza será repassado para o consumidor. E o governo federal deve adotar medidas para não deixar fugir do controle, porque senão todos cairão, no bom sentido, na vala comum. E até recuperar novamente, não seremos nós, políticos, que vamos sofrer, mas, sim, a sociedade, que precisa consumir e sobreviver. Ela é que vai sofrer mais ainda!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOLPESA - Muito obrigado, deputado José Natal.

Eu trago essa preocupação. Eu percebi que o deputado Julio Garcia ficou surpreso quando me referi ao deputado Edison Andrino. Realmente ele é produtor de ovinos e tem um rebanho de mais de mil fêmeas. É uma pessoa que tem uma nova atividade em Santa Catarina. E acredito que o estado vai caminhar a passos largos nessa atividade. Mas eu usei esse exemplo porque em ovinos nós também usamos minerais para haver a fertilidade, para haver a produção.

O que eu trago aqui é uma preocupação, deputado Pedro Uczai, porque sabemos que muitas dessas ações estão fora da nosso alcance e do alcance dos governos. Mas precisamos ficar alerta porque às vezes aquele que consome pensa que quando aumenta o produto para ele, consumidor, aquele que produz recebe esse aumento. Mas na maioria das vezes isso não é verdade. Esse aumento fica no caminho. Então, penaliza-se quem consome e também quem produz.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOLPESA - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado, v.exa. já respondeu a pergunta que eu ia fazer. Com essa onda de aumentos, com essa onda de inflação vindo e afligindo a população, evidentemente que não é o agricultor que está ganhando.

V.Exa., que vem de uma área eminentemente agrícola, da agroindústria, que tem uma cadeia de produção muito grande e que contribui muito para Santa Catarina, sabe que não é o colono lá na ponta da linha que está ganhando.

Mas parabéns a v.exa. pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Agradeço o seu aparte, nobre deputado Marcos Vieira.

Ainda nesses poucos segundos que me restam, quero cumprimentar o governador Luiz Henrique, que mais uma vez nos atendeu, que mais uma vez viu a sensibilidade e, dentro das possibilidades do governo, concedeu esse reajuste também aos nossos servidores aposentados, especialmente da área da Educação. Isso foi merecido, e o governador está de parabéns, pois foi buscar a forma de estender esse aumento e atendeu àquilo que é...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Edson Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, o colega Moacir Sopelsa é um grande criador de ovelhas. Eu tenho algumas ovelhas e a minha grande experiência na serra catarinense é tentar cruzar tainha com truta para ver o que acontece, fazendo assim um entrosamento entre o litoral e a serra catarinense.

Srs. deputados, tive a oportunidade de participar no fim de semana de um evento na Argentina, onde foram discutidas algumas questões que envolvem o Mercosul. Na oportunidade tomou posse a nova diretoria da UPM, ocasião em que foram discutidos os problemas climáticos. E comentou-se os convênios assinados entre o Parlamento do Mercosul e a UPM.

Nessa posse revimos com muita saudade e alegria a participação do ex-deputado estadual e federal Milton Sander, fundador da UPM, que também faz parte da nova diretoria, bem como o nosso companheiro que assessora com muita competência e participação efetiva o candidato a prefeito de uma cidade do Rio Grande do Sul, Flávio Monteiro, que teve uma participação fundamental no sentido de levar Santa Catarina para um cenário de destaque naquele evento.

Srs. deputados, também fomos surpreendidos com o companheiro Elizeu Mattos. Ele é novo nesta Casa, chegou recentemente, mas de maneira muito ativa, competente, com bastante dinamismo, com certa audácia, conseguiu assumir a Vice-Presidência da UPM.

Tenho certeza de que pela sua inteligência, competência, pela maneira como encara essa questão que envolve os países do Mercosul, o deputado Elizeu Mattos vai ter um papel fundamental que muito honrará não só Santa Catarina mas, acima de tudo, este Parlamento.

Quero também, sr. presidente, trazer aqui um assunto sério, grave e que merece ser tratado pelo governador Luiz Henrique da Silveira com uma preocupação muito maior, que diz respeito, deputado Marcos Vieira, v.exa. que tem origem nesse município, que diz respeito à segurança. Falo especificamente da segurança na Lagoa da Conceição.

É bem verdade que o trabalho na secretaria da Segurança, que o trabalho voltado para esse assunto que preocupa Santa Catarina e o Brasil, já melhorou muito. Já diminuiu muito o índice de mortalidade e violência depois que o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu.

Em qualquer pesquisa que se faça hoje sobre segurança aparece em primeiro lugar, juntamente com o desemprego, como um dos maiores problemas do estado de Santa Catarina.

Quando disputei, deputado Romildo Titon, a eleição de prefeito desta cidade, em 1985, em nenhuma pesquisa de opinião aparecia o item segurança; aparecia transporte coletivo, saúde, educação, desemprego, mas segurança não estava na pauta de preocupação dos florianopolitanos e dos catarinenses. Hoje é o maior problema.

Presidente e deputado Cesar Souza Júnior, que também é deputado desta região, que tem programa de televisão com muita audiência e que tem boas possibilidades de ser prefeito desta cidade, e o centrinho da Lagoa da Conceição? Quem conhece o centrinho da Lagoa, ali da entrada do Village até a ponte que dá acesso à avenida das Rendeiras - e diria isso sem medo de errar - provavelmente, todas as noites é o espaço físico que junta mais pessoas em Santa Catarina! E trata-se de um espaço que não tem um quilômetro de distância e que por isso precisa ser priorizado pela secretaria da Segurança de Santa Catarina no sentido da instalação de câmeras de segurança.

Este ano, deputado Marcos Vieira, desde janeiro já mataram cinco pessoas no centrinho da Lagoa! E não descobriram os assassinos, não sabem quem foi. Atiraram na rua, na frente dos bares, dos restaurantes, dos clubes, do comércio localizado. Se qualquer deputado tiver a honra e o prazer de visitar o centrinho da Lagoa da Conceição, sábado à tarde, domingo à tarde, verá que a cidade inteira freqüenta o centrinho, que é um grande *boulevard*. Se você for a Canasvieiras, Ingleses, Pântano do Sul, fora da temporada de verão, verá que essas regiões praticamente morrem; elas possuem um grande movimento na temporada de verão, mas esvaziam nas outras estações.

Então, por que não priorizarmos essa região com câmeras, para que a polícia possa acompanhar e para que os marginais se sintam intimidados com essa fiscalização eletrônica patrocinada pelo governo do estado?! Porque eu tenho certeza de que colocaram muitas câmeras em Santa Catarina onde não havia necessidade. A prioridade tem que ser o centrinho da Lagoa da Conceição!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Cumprimento-o pelo tema, principalmente porque o centrinho da Lagoa da Conceição é uma das únicas áreas da cidade que têm vida, circulação de pessoas durante 24 horas por dia, todos os anos. Realmente, lá há uma grande confluência de turistas, de florianopolitanos, e é fundamental que se invista rapidamente no monitoramento eletrônico.

Muito oportuna a sua colocação, sr. deputado, v.exa. que é ex-prefeito desta cidade. Até porque a Lagoa da Conceição é um cartão-postal e, certamente, um dos maiores centro de convivência da cidade.

Parabéns pelo pronunciamento e creio que o governo do estado deva tomar medidas rápidas nessa direção.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Edison Andrino, é extremamente oportuno o seu pronunciamento, v.exa. que é nascido lá, toda a sua família, como a minha também. A Lagoa da Conceição é conhecida internacionalmente pelas suas belezas, ela enriquece Santa Catarina e o Brasil. Não podemos deixar que uma má imagem da Lagoa forme-se em função do grande número de assassinatos. É preciso que prevaleçam as belezas. O seu pronunciamento é excepcional. Parabéns!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço a v.exas.

Vou dar entrada nesta Casa, sr. presidente, a um requerimento para tentar mais uma vez - já tentei três vezes em contato pessoal com o secretário de Segurança - fazer com que se priorize aquilo que realmente é prioritário, ou seja, a instalação de um sistema de câmeras na Lagoa da Conceição, além de policiamento.

Provavelmente todas às noites, na Lagoa da Conceição, naquele quadrilátero do centrinho da Lagoa, circulam mais de 15, 20 mil pessoas e como não há nenhuma proteção eletrônica, a violência cada vez aumenta mais.

Mas eu espero, até quem sabe, convidar os deputados para tomar um café, numa quinta-feira à tarde, após a sessão, no centrinho da Lagoa da Conceição, para verem o movimento e a importância de priorizar a segurança, porque, além disso, sr. presidente, é um dos maiores focos, senão o maior, de consumo de drogas de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, antes de falar acerca do assunto do meu pronunciamento, quero mais uma vez parabenizar o eminente deputado Edison Andrino e dizer que realmente a Lagoa da Conceição precisa de ações enérgicas do poder público, a fim de coibir esses atos de selvageria que têm acontecido contra a nossa gente, contra todos aqueles que para lá vão aproveitar as suas belezas, desfrutar de alguns momentos de tranqüilidade, ver a sua família e os seus amigos.

V.Exa., deputado Edison Andrino, hoje, com muita lucidez fez um brilhante pronunciamento acerca da segurança pública na Lagoa da Conceição.

Mas eu queria falar também de um tema muito importante, que são as mulheres, a dupla jornada de trabalho das mulheres.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Antes de entrar em outro assunto, como v.exa. - e não é o caso deste suplente aqui - é um deputado com muito prestígio nesta Casa e mais prestígio ainda junto ao Executivo, quem sabe uma visita nossa com a participação de v.exa., com todo o prestígio que tem com o governo do estado, poderíamos sensibilizar o secretário da Segurança Pública a colocar as câmeras na Lagoa da Conceição.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O deputado Edison Andrino é muito bondoso, porque ele é um homem com vários mandatos de vereador, de deputado federal, de prefeito e agora de deputado estadual.

Mas eu queria falar das mulheres, da dupla jornada de trabalho das mulheres. Elas próprias, muitas vezes, não se dão conta do excesso de trabalho que têm e nós, homens, não as olhamos como seres humanos que têm trabalhado muito mais do que os homens.

(Passa a ler.)

"Ao longo dos anos, a mulher vem conquistando seu espaço e vem consolidando sua participação na economia familiar. Mas essa conquista feminina não provocou a diminuição das suas atividades domésticas.

Estudo feito em São Paulo mostra que mulheres com jornada semanal de 40 horas ou mais trabalham quase três vezes mais em serviços domésticos do que os homens que cumprem a mesma jornada. Enquanto os homens trabalham, em média, cinco horas semanais fazendo serviços em casa, pasmem, as mulheres dedicam 18 horas por semana às mesmas tarefas domésticas.

Mas a pesquisa também mostra que o fator econômico influencia mais no trabalho doméstico feminino do que a questão cultural. Ou seja, quanto maior é a participação da mulher na renda da família, menos horas ela dedica ao trabalho doméstico. Isso significa que quanto mais a mulher ganha, menos trabalha dentro de casa. Ela tem mais poder para negociar as horas trabalhadas em casa; se ganha mais, tem mais voz ativa em casa. É engraçado!

O estudo mostra também que para cada ponto percentual que a mulher aumenta sua participação na renda da família diminui em cerca de oito horas o trabalho doméstico que ela executa por semana. No caso dos homens também há redução, mas a variação é menor. A diminuição é de duas horas semanais para cada ponto percentual em que ele aumenta a renda em relação à família.

No sul do país, os homens dedicam mais tempo aos serviços domésticos que em outras regiões. Trabalham em casa uma hora a mais do que um homem da região sudeste. Esse tempo chega a quase duas horas, se comparado ao dispensado por um homem da região centro-oeste.

A Folha de S.Paulo traz o exemplo de uma cidadã, a bibliotecária Wilma Teixeira, que cumpre uma jornada de 44 horas semanais de trabalho fora de casa. Mas em casa, na casa dela, da família, ela é mãe, é esposa e trabalha cerca de seis horas/dia em tarefas domésticas, perfazendo cerca 42 horas semanais de trabalhos domésticos. Somadas essas horas às 44 horas que ela dedica em atividade fora de casa para aumentar a renda familiar, Wilma Teixeira está trabalhando cerca de 86 horas por semana. É muita coisa!

A mulher faz o serviço em casa porque os filhos estudam e trabalham, e o marido também tem uma jornada não menos extensa, mas fora de casa, diz ela. E é verdade, a mulher levanta cedo, acorda os filhos, faz o café, arruma os filhos, encaminha-os para a escola, depois faz as tarefas de casa, sai para trabalhar, retorna, busca os filhos, cuida da roupa do marido, cuida da casa, cuida dos filhos e só depois de mais de meia-noite é que ela efetivamente vai descansar.

A dupla jornada que as mulheres têm de trabalho sobrecarrega violentamente o sexo feminino. É também o item que merece ser analisado por conta dos danos que isso acarreta no seio familiar.

Além do trabalho doméstico as mulheres que têm filhos precisam ainda dedicar muito tempo a eles desde a concepção até o casamento. Na vida moderna, até depois do casamento a mãe ainda continua cuidando dos filhos. Esta é a parte mais complicada: os filhos querem as mães em casa, perto deles, o maior tempo possível. A mulher ainda é obrigada a criar uma rotina adequada à necessidade dos filhos, sobrando pouco tempo para ela mesma, como ir ao cinema, a um teatro, a um parque de diversões. Enfim, para ela sobra muito pouco.

A família passa a contar rotineiramente com uma mulher sempre à beira da exaustão e sem condições de transmitir a qualidade de relacionamento tão necessária. Segundo especialistas, isso vem ocorrendo em grande parte das classes sociais e pode ter conseqüências graves para a sociedade.

Esse novo pensamento e ação da mulher têm causado impacto no formato da família, das estruturas de apoio domésticas. Diante das transformações, a mulher enfrenta um momento histórico que merece destaque e atenção."

E nós, homens, precisamos redistribuir a carga horária que ela tem principalmente dentro de casa, compartilhando, fazendo com que ela também tenha os seus momentos de lazer e que possa dedicar-se mais aos filhos do que às tarefas em casa ou fora de casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, srs. deputados, quero dizer, em primeiro lugar, que hoje os políticos do nosso estado cumprem a palavra empenhada. O governador Luiz Henrique, através de entrevista coletiva há pouco mais de dois meses, disse que estava instituindo uma força-tarefa para dar um aumento salarial aos professores aposentados. A força-tarefa era composta pela secretaria da Administração, através do secretário Antônio Gavazzoni, pelo secretário Sérgio Alves, da Fazenda, pela Casa Civil, sob a supervisão de Ivo Carminati, pelo secretário de Planejamento, Altair Guidi. E fizeram todo um estudo. Por quê?

Primeiramente, não poderiam dar aumento salarial aos aposentados porque o recurso do Fundeb não poderia ser utilizado para os aposentados. Essa despesa viria única e exclusivamente através da fonte 100, da arrecadação do estado. E aí existe a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto ao limite prudencial.

Pois bem, essa força-tarefa, composta por várias secretarias, fez um estudo e apresentou um resultado. Mas o que foi surpreendente, sr. presidente, é que essa força-tarefa disse que talvez não pudesse dar um aumento igual aos ativos. Entretanto, houve um fato novo: a maioria dos professores ativos, ao ser estimulada pelo Prêmio Educar, voltou para a sala de aula. E ao voltar à sala de aula - havia uma faixa de 2.300 a 2.400 professores em licença médica - para ganhar o Prêmio Educar, ficaram somente 600 professores em licença médica.

Com isso o governador bateu na mesa e disse: "Nós vamos cumprir a paridade". Até porque o governador não seria obrigado a cumprir a paridade, mas, por uma questão de tradição, justiça e posicionamento político de todos os srs. parlamentares, viu que teria que estender o benefício aos aposentados, pois deixou de contratar mais de mil professores ACTs, e houve uma grande economia.

A população ganhou com isso, porque com a volta desses professores, com uma formação melhor, com curso superior, melhorou a qualidade da educação, que já tem distinção nacional. Vejam bem quantos professores foram beneficiados por essa paridade: 23 mil professores aposentados, que vão ganhar R$ 200,00 a mais a partir de 1º de agosto, igualmente aos professores que estão na ativa. Isso é justiça. Mais do que isso, esses professores terão no 13º salário, em dezembro, a incorporação exatamente da metade dos R$ 200,00, ou seja, terão mais R$ 100,00.

É importante frisar que a matéria vem como projeto de lei. Não será através de medida provisória, mas de projeto de lei e no primeiro aumento que houver, o abono será incorporado. Isso é importante no avanço e na luta. Por que o primeiro projeto veio como medida provisória? Porque os professores tinham que receber naquele mês, de forma urgente, o Prêmio Educar.

Obviamente, que muitas emendas aqui apresentadas, as quais todos gostaríamos de aprovar, eram inconstitucionais, pois criavam despesas. Mas sempre dissemos: confiem na palavra deste governo e deste governador. Agora, a matéria vem em forma de projeto de lei, porque temos tempo. Então, nesse sentido estamos fazendo um ato democrático, transparente, e tenho certeza de que os 40 srs. deputados votarão favoravelmente, porque é uma reivindicação da categoria sobre a qual houve toda uma negociação.

Obviamente que as correntes políticas e as tendências de algumas pessoas são para o enfrentamento e para a greve, sendo estabelecido o confronto. A greve é um mecanismo, um direito do trabalhador, e por isso está na Constituição. Quem participou da luta, da transição democrática, sabe da importância disso, mas deve somente fazê-la em último caso, quando se esgotarem todas as negociações. É isso que aprendemos com o tempo.

Então, muitas vezes a greve não tem correlação de forças, como foi avaliado pelo movimento. Nessas greves sempre há os oportunistas que transformam parte da categoria em massa de manobra. Tentam vender uma mentira, como a que Santa Catarina tinha o penúltimo salário dos professores, quando o próprio MEC divulgou, naquela semana, em nível nacional, que nós tínhamos o 12º salário do país.

E o mais importante de tudo é que em quatro anos o governador Luiz Henrique deu 105% de aumento, e o custo de vida, se bem que neste mês aumentou um pouco, não chega a 40%. Assim sendo, praticamente, em duas vezes e meia, mais do que a inflação foi aumentado o salário do nosso Magistério.

Isso é tudo? Não. Ainda temos muito que continuar lutando a favor do Magistério. Além da questão salarial, temos que lutar também por um ambiente de boa qualidade nas nossas escolas que estão sendo reformadas, pois elas não estão abandonadas; temos que lutar por uma melhor qualidade de ensino; preparar nossos professores com cursos de especialização; criar condições tecnológicas modernas, como a informática, que está acontecendo, e proporcionar um bom convívio com a comunidade.

A educação é muito mais do que isso tudo, é a transmissão de conhecimento de uma geração para outra, é o futuro, é a maior herança que podemos deixar para os nossos filhos, ou seja, uma boa educação e saúde.

Portanto, podemos agora afirmar que o envio desse projeto de lei a esta Casa era uma reivindicação. Mas não vamos ser oportunistas e dizer que foi com a nossa pressão - não temos essa pretensão - que veio o aumento. Não, isso já estava acordado através de entrevista coletiva. Não vamos ser oportunistas, isso já era um compromisso do governo. Agora, queremos somente que o governo cumpra com a palavra. Mas ele, não somente nesse episódio, mas em tantos e tantos outros, honrou, com o cumprimento da palavra, com lealdade e com transparência. Por isso, neste Poder Legislativo, dentro das suas formas de luta apresentadas, essa é a mais coerente, é a que mais fortifica a democracia.

Isso acontece porque hoje há transparência no que se arrecada. Como será pago? De qual fonte virá? Virá através da Fonte 100, sim, que é a da arrecadação do próprio governo. E graças à economia do próprio professor, que voltou à atividade, que voltou a participar da sala de aula, que ajudou muito nessa decisão para poder dar a paridade.

E volto a dizer que a paridade não era uma obrigatoriedade do governo. Sabemos que em 2003 a Emenda n. 41, do governo Lula, tirou a paridade, que penso ter sido uma injustiça muito grande. O nosso partido se manifestou contra, e a diferença de votos foi mínima, de 13 votos, 14 votos, mas tirou a paridade entre o ativo e o inativo. Na época, a crítica chamou isso de traição aos trabalhadores.

Muitos estados assim o fizeram, não deram o mesmo aumento ao inativo. Mas Santa Catarina deu um aumento aos inativos igual aos ativos, na questão da educação, mesmo não sendo obrigada. Esse é um sentimento de justiça.

Então, estamos alegres, contentes como professor, por termos cumprido com os nossos deveres, por termos lutado pelos inativos, fazendo greve. Na época da greve tivemos sucesso, porque não fomos para uma aventura; fizemos correlação de forças e não utilizamos o professor como massa de manobra. Conquistamos o Plano Estadual de Educação, o quadro de carreira, a eleição direta para diretores de escolas, o concurso e a hora-atividade.

Foram conquistas de uma história que foi construída. E continuaremos lutando e assumindo o nosso compromisso sem jogar para a torcida, sem fazer política com inimigos e sim fazendo política com propostas, com competência. Esta é a nossa função: construir aquilo que suamos tanto para conquistar - a democracia, que é, antes de tudo, participativa e tem conteúdo.

Por isso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a última oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, deputado Clésio Salvaro, nosso amigo de longa data.

Senhores integrantes da mesa, srs. deputados, sras. deputadas, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisiva, assomo mais uma vez à tribuna para lançar um convite muito especial a v.exas., inclusive aos funcionários desta Casa, aos pais que nos acompanham, às mães, aos jovens que estão cursando o 2º grau, no sentido de comparecerem a esta Casa, na próxima segunda-feira, às 14h, na sala de imprensa, para participarem da reunião com o secretário da Educação Paulo Bauer, que trará alguns representantes dos municípios de Criciúma, Lages, Joinville, Grande Florianópolis, Blumenau e alguns outros municípios, juntamente com três diretores do Instituto Estadual de Educação, de Florianópolis, para tratarmos sobre a unificação da data do início do cursinho pré-vestibular gratuito para alunos da rede pública estadual

É um avanço muito grande, muito importante, foi uma luta desta deputada, deputado Professor Grando, que é autora da lei do cursinho pré-vestibular gratuito. Foi uma luta de cinco anos e nesse tempo não houve desânimo. Graças a Deus tivemos o apoio do secretário Paulo Bauer, uma pessoa muito sensível, que já foi vice-governador, um homem público comprometido com os interesses da população, com os interesses da família, que está mantendo a palavra empenhada.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não, grande professor, deputado e colega de Parlamento, que possui uma ampla experiência na vida pública, pois já foi prefeito de Florianópolis. V.Exa. deixou marcas maravilhosas, é um grande homem público, é um homem que já usou giz, já ministrou aulas e tem muita experiência nessa área.

Eu estava ouvindo com muita atenção o pronunciamento de v.exa. e muito me deixa feliz o nobre deputado contribuir com o humilde pronunciamento desta parlamentar.

O Sr. Deputado Professor Grando - Não poderia deixar de fazê-lo, deputada, primeiro, pela sensibilidade do grande gestor que é o secretário da Educação Paulo Bauer, como v.exa. colocou muito bem.

Este projeto estava lá no fundo de uma gaveta e, de uma forma espontânea, foi desarquivado pelo secretário. Mas esta lei, por mérito e por justiça, é a lei Odete de Jesus, porque ela criou algo novo nas escolas públicas do 2º grau, que é o cursinho para as pessoas que necessitam. Isso é fazer justiça social, isso é democratizar a educação e esse é o papel da educação. Como todas as instituições fazem o seu serviço social, o órgão público também faz a sua complementação social, oferecendo oportunidade para todos, não somente aos alunos, que é aquilo que nós, como prefeitos, construímos, ou seja, a escola pública mais perto da casa do aluno, para que ele possa se deslocar com mais facilidade.

Então, farei o máximo de esforço para estar presente nessa aula inaugural, para homenagear não só v.exa. como também o que irá construir no futuro. Isso graças ao gestor Paulo Bauer, graças a v.exa., que teve esta iniciativa, e graças à aprovação de todos os srs. deputados.

Vejam v.exas. o quanto é importante o Parlamento. Hoje votamos aqui uma lei que vai permitir o funcionamento do PAC, do saneamento da Casan, por unanimidade! Só o Parlamento para fazer esse consenso em obras, em benefício à população, que é a saúde. Para cada real investido em saneamento economizaremos cinco em saúde.

Da mesma forma v.exa. está fazendo para a educação, que é a maior herança que podemos deixar aos nossos filhos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado Professor Grando. Fico muito feliz em saber que v.exa. já está comprometido, já está conosco marcando presença. Sua cadeira está reservada para v.exa. fazer parte e ser testemunha de que quando existem pessoas comprometidas as coisas funcionam.

Quero chamar a atenção desse grande jornalista da Casa, Valter Souza, que está, graças a Deus, trabalhando conosco, entrevistando os deputados. Eu gostaria de dizer a ele que quando existem pessoas comprometidas, pessoas que têm amor ao próximo, podemos ajudar a mudar a vida da população.

Quantos alunos serão beneficiados, alunos que não tinham condições de pagar um cursinho pré-vestibular, deputado Piriquito, e hoje terão a oportunidade de cursá-lo de graça! E quero dizer que nesse cursinho que foi iniciado no Instituto Estadual de Educação, por volta do mês de outubro do ano passado, segundo os diretores, todos os alunos foram aprovados no vestibular, porque são alunos que vão motivados a fazer esse cursinho e porque também os professores são altamente preparados.

Então, é disso que precisamos, e quem ganha é o estado de Santa Catarina, quem ganha é o governo do estado, quem ganham são os 40 parlamentares, o secretário da Educação, que tirou esse projeto da gaveta.

Srs. deputados, não vou deixar de falar coisas boas. Eu, muitas vezes, assomo à tribuna para advertir, mas também venho para parabenizar. E tenho que parabenizar agora o secretário, porque ele foi o único que me deu ouvidos e tirou o projeto de lei, aprovado, da gaveta e fez a coisa acontecer.

Então, temos que dar os méritos a quem merece recebê-los; temos que dar a honra a quem merece recebê-la, porque não adianta fazer de conta que as coisas acontecem; não adianta inaugurar um postinho de saúde - só estou dando um exemplo -, a população do bairro fica esperando, e a coisa não acontece! Muitos postos de saúde estão com as portas fechadas. Está faltando vacina. Eu falo isso porque fui tomar a vacina da febre amarela, pois vou me ausentar, vou para o nordeste, e quando cheguei ao posto, depois de tudo agendado, disseram que havia esgotado a vacina. Que falta de organização! Tem que haver uma organização, tem que haver um planejamento, para que a população possa ser atendida.

Então, quando é para advertir, devemos advertir, mas quando é para falar bem, vamos também falar, porque podemos falar. Mas quero, mais uma vez, parabenizar e dar nota dez para o secretário da Educação Paulo Bauer. Como professora, vou dar nota dez para o secretário, com uma estrelinha dourada. Nota dez com estrelinha.

Muito obrigada, sr. presidente Clésio Salvaro.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o último orador inscrito, sr. deputado Edson Piriquito, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que se encontram aqui nas galerias da Assembléia Legislativa, pessoas que nos assistem através da TVAL, pessoas que nos ouvem através da Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

A pastora Odete de Jesus está de parabéns pelo seu pronunciamento, pela sua luta, pela sua garra e, como professora que é por vocação, está sempre nos ensinando.

Eu faço uso desses cinco minutos, sr. presidente, que julgo preciosos, para poder aqui me manifestar acerca da reunião que tivemos hoje com o governador Luiz Henrique da Silveira. Reunião essa que o deputado Professor Grando participou, nosso grande amigo e professor, quando tivemos a oportunidade de lavar a nossa alma.

O deputado Professor Grando sofreu muito com as críticas feitas a ele de que era contra o educador, contra o professor, que estava votando contra a manifestação. Essas pessoas estavam maldosamente incitando o profissional da Educação aposentado contra os parlamentares, dizendo que éramos contra os aposentados. No entanto, tínhamos que votar contra aquelas emendas, porque elas não tinham base legal para serem aprovadas.

Parlamentar nenhum poderia estender o benefício do Prêmio Educar ao aposentado. Mas se pudesse, deputado Professor Grando, não tenho dúvidas de que v.exa. subescreveria a emenda do deputado que fosse autor. E não tenha dúvida você, que é aposentado e professor de todo o nosso estado catarinense, que nós, do governo, também teríamos subscrito ou também seríamos autores de tal emenda.

Um parlamentar não pode aumentar em um centavo a despesa do erário público, o parlamentar não tem essa competência, pois ela é exclusiva do Executivo, do governador. Mas, infelizmente, alguns dos nossos colegas deputados usaram desse mecanismo, desse expediente, para confundir as pessoas. No entanto, votamos, naquele momento, a medida provisória. E quem votou a favor, votou a favor de 36 mil professores em sala de aula. Nós tivemos o prazer de ter concedido, deputado Clésio Salvaro, o prêmio de R$ 200,00 ao professor que está lá na sala de aula, naquele dia da votação da medida provisória. Mas não nos conformamos com o fato de que não havia paridade, de que essa lei não alcançava o nosso professor aposentado, que já fez a sua parte, que muito educou, que muito lutou e está agora desfrutando de sua aposentadoria e merecendo também o mesmo direito. E não nos calamos, não nos conformamos. Fomos ao governador e pedimos a ele que fizesse um estudo e que concedesse aos aposentados aquilo que é de seu direito, aquilo que ele merece, aquilo que seria justo, ou seja, que fosse dado o mesmo direito que foi dado ao servidor ativo, ao professor ativo, também ao professor aposentado.

E para a nossa honra e glória, para a nossa satisfação, hoje o governador Luiz Henrique da Silveira, um homem que tem dado exemplo na condução dos trabalhos político-administrativos do nosso estado de Santa Catarina, chamou-nos para uma grande coletiva, com uma agenda positiva, e anunciou o envio do projeto de lei, deputado Moacir Sopelsa, para que agora, ainda em agosto, junto com o ativo, o professor inativo venha a receber também o mesmo valor de R$ 200,00.

Então, você que está nos vendo, de todo o estado de Santa Catarina, comemore! Não é ainda o valor que vocês merecem. Mas vamos continuar lutando para que possam receber mais e ter mais qualificação, inclusive. E o governo do estado, no momento que assim está fazendo, está deixando de investir em obras para investir no humano, no nosso maior patrimônio, que é o nosso servidor.

A humanização, essa consciência do governador Luiz Henrique da Silveira, faz com que tenhamos orgulho de participar deste governo.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Ouço v.exa., deputado Moacir Sopelsa, dentro da possibilidade do tempo que me resta.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Edson Piriquito, quero cumprimentá-lo e mais uma vez cumprimentar o sr. governador.

Fomos buscar aquilo que é mérito dos nossos professores e também o cumprimento da palavra do nosso governador. Quando votamos aqui o aumento do professor em sala de aula, sentimos o clamor daqueles que fizeram história, que foram aqueles que levaram a educação do estado de Santa Catarina num primeiro momento e que precisavam ter também esse reajuste. E o governador disse que iria fazer um estudo, que iria buscar a possibilidade de dar esse aumento, hoje efetivado.

Ouvi aqui v.exa. e outros deputados, como o deputado Professor Grando, e tenho certeza de que podemos e iremos comemorar com aqueles que fizeram a educação durante ao longo dos anos em nosso estado.

Parabéns, deputado, mas parabéns também ao nosso governador.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não! Concedo um aparte ao deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - Com 36 anos de magistério, hoje senti orgulho de um político, pela sua história, porque cumpre a sua palavra.

V.Exa. também é um político que cumpre a sua palavra. Nós cumprimos a nossa palavra e a nossa luta; portanto, vamos continuar a luta por uma melhor educação. Isso não é tudo, não. É apenas o início de uma política educacional, e esse estado pode falar de cabeça erguida, uma política educacional...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira às 19 horas.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1646ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, as quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1646ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovado parecer por unanimidade ao Processo n.º 0782/08, de Flávio Pittigliani Vieira. 2) Relatoria da Drª. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0742/08, de Maria Rosana Farah e Processo n.º 0762/08, de Waldir Roesner. 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº. 0664/08, de Valdeci José da Silva; Processo n.º 0677/08, de Luciano de Carvalho Oliveira e Processo n.º 0686/08, de Wilfredo Medeiros da Silva. 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº. 0783/08, de Sonia Regina do Amarante Arruda e Consulta - Of. CL n.º 175/08 de 12/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "aquisição de um forno industrial para o restaurante da ALESC". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0801/08, de Jânio Mendonça e Consulta - Of. CL n.º 186/08 de 19/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "apostilamento ao contrato celebrado com a Empresa TICKET Alimentação S/A". 6) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovado parecer por unanimidade ao Processo n.º 0781/08, de Ana Maria Garibotti e Processo n.º 0769/08, de Orlando Ivan Matos, aprovado parecer pelo indeferimento. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Consulta - Of. CL n.º 178/08 de 15/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "aquisição de equipamento elétrico digital para controle de consumo de energia" e Consulta - Of. CL n.º 187/08 de 19/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "termo aditivo com a AFALESC relativo concessão de auxílio-educação". Continuando o relator colocou em extra pauta Ofício nº 21/08-SECCIB de 02/04/08, Interessado: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. Anselmo Inácio Klein. Dando seguimento, o procurador-geral deu conhecimento aos membros do Colegiado dos pareceres originários desta Procuradoria e analisados na reunião da Mesa. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e oito (28) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 21 de maio de 2008.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVADA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 13ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os Senhores Deputados: Jorginho Mello, Silvio Dreveck, José Natal Pereira, Gelson Merísio, Renato Hinnig, Moacir Sopelsa, Dirceu Drech, Altair Silva e a deputada Odete de Jesus. Ato continuo, o Presidente colocou em votação a ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão acima epigrafada, sendo aprovada por unanimidade. O Presidente leu as justificativas dos deputados ausentes. Deputado Décio Góes justificou sua ausência por estar acompanhando a visita da Ministra Marta Suplicy ao nosso Estado e foi representado pelo Deputado Dirceu Dresch, o deputado Moacir Sopelsa substituiu o Deputado Manoel Mota e o Deputado Altair Silva substituiu o Deputado Jandir Bellini. Dando continuidade, o Presidente Jorginho Mello passou a palavra para o Deputado Dirceu Dresch, que relatou o voto vista ao PLC/0049.2/2007, com parecer contrário do relator, justifica que existe impacto financeiro para o Estado, além do agravante de que uma vez transformado em Lei, tiraria a sustentabilidade do parecer pela inconstitucionalidade, utilizada pelo Poder Judiciário, para negar os pedidos de agregação. O Projeto causou insatisfação nos demais deputados, pelo seu teor e pela exigüidade de tempo na sua tramitação na Comissão de Finanças e Tributação, restando a eles uma única alternativa, o voto. Com a palavra, o Deputado Jorginho Mello, relator do Projeto, disse que a proposta, que altera critérios de concessão de vantagens pecuniárias, convalidou diversos decretos que concediam algum tipo de gratificação de Governos anteriores ao Servidor Público, tornando legais as gratificações concedidas aos Servidores Públicos. A legalidade de algumas gratificações estariam sendo questionadas pelo Ministério Público. A alegação é que foram concedidas através de decreto e não por lei, como deveria ter sido feito. Esclarece, ainda, que a medida não representará aumento de despesas ao Executivo, uma vez que estes valores já são pagos e, portanto, previstos no Orçamento já há vários períodos. Outro ponto, é que, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar, se cria um dispositivo a mais de fiscalização, já que as novas gratificações somente poderão ser concedidas com autorização do Poder Legislativo. Em discussão, foi aprovado o parecer do relator por maioria. Com a palavra, o Deputado Renato Hinnig relatou o parecer preliminar e a proposta de calendário das audiências públicas para a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) PL/0102.6/2008, que definirá, em linhas gerais, as ações do Governo para a execução mediante a aprovação do Orçamento do Estado de 2009, teve pedido de vista em Gabinete para o Presidente da Comissão, no sentido de ajustar as várias atividades num calendário simultâneo. O Deputado Presidente quer adequar ao calendário especial das sessões plenárias, com as audiências públicas e da subcomissão da Reforma Tributária, para a prestação de contas da execução parcial do Orçamento Regionalizado e a discussão das ações para dois mil e nove. Como são assuntos correlatos, o Presidente quer aproveitar o deslocamento da estrutura da Assembléia Legislativa, para ser feito uma discussão conjunta. Ato continuo o deputado Renato Hinnig disse esperar que estejam contempladas na LDO, todas as reivindicações aprovadas nas audiências públicas que aconteceram no ano passado, como este dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, o Presidente Jorginho, solicitou vista em

gabinete, para adequar a discussão do Projeto ao calendário da Casa junto as Audiências Públicas: Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei Orçamento Anual 2009 e subcomissão da Reforma Tributária (PEC 233/2008). Na seqüência, o Presidente convocou a deputada Odete de Jesus para relatar o PL./0605.2/2007, que em seu parecer a deputada solicitou diligência, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.O Presidente Jorginho Mello passou a relatar o PL.0129.6/2008, seu parecer foi pela sua aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Presidente informou aos presentes que está enviando ofício ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Sérgio Rodrigues Alves, para comparecer a esta Comissão no dia 04 de junho de 2008, para prestar contas do primeiro quadrimestre, conforme Lei de Responsabilidade Fiscal. Comunica que as reuniões da Comissão de Finanças acontecerão às oito horas e trinta minutos, nas quartas-feiras, enquanto perdurar os horários das sessões plenárias alterados até o mês de setembro. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos da presente Reunião, a qual eu, Silvio Nestor de Souza. Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 634

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a prévia notificação, com Aviso de Recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito", por ser inconstitucional.

O parecer da Procuradoria Geral do Estado, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 23 de maio de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/08

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Processo PPGE Nº 3125/084
PAR 0184/08
Origem: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação
Assunto: Análise de Autógrafo: projeto de lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre a prévia notificação, com Aviso de Recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito.

Senhor Procurador-Geral do Estado,

Cuida-se de solicitação formulada pelo Secretário de Estado da Coordenação e Articulação através do ofício nº 1319/SCA-DIAL-GEMAT no sentido de que seja analisado o autógrafo do projeto de lei nº 151/07 que "'*dispõe sobre a prévia notificação, com Aviso de Recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito".*

O autógrafo do projeto de lei ora em exame foi encaminhado ao Senhor Governador do Estado para que fossem tomadas as devidas providências previstas no art. 54 e seu § 1º da Constituição Estadual, que assim consigna:

> *"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembléia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.*
>
> § 1º - *Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte,* ***inconstitucional*** *ou* ***contrário ao interesse público,*** *vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembléia os motivos do veto".* (grifos).

Preliminarmente, insta observar que a presente análise não possui por escopo o exame do mérito do referido autógrafo de projeto de lei, adstringindo-se à verificação de sua adequação aos textos constitucionais federal e estadual.

No que pertine à matéria tratada pelo mencionado autógrafo de projeto de lei, constata-se flagrante *inconstitucionalidade material,* que é aquela incompatibilidade, segundo José Afonso da Silva que ocorre "*quando o conteúdo de tais leis ou atos contraria preceito ou princípio constitucional'.* Passemos as razões que justificam tal posição.

Muito embora a competência para legislar sobre *'produção e consumo'* seja *concorrente* entre União e Estados, cumpre consignar que a competência do Estado é **supletiva** a competência da União. Vejamos o dispositivo concernente:

> *Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*
>
> */.../*
>
> *V - produção e consumo;*
>
> */.. /*
>
> *VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;*
>
> *§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.*
>
> *§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*
>
> *§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. (Constituição Federal)*

Claro que numa análise açodada do caso, poder-se-ia concluir pela possibilidade de o Estado legislar de modo 'complementar', em consideração a uma eventual *competência suplementar* para normatizar o assunto. Mas deve-se advertir que essa *competência suplementar* não é ilimitada. Ela é delimitada pelo *Princípio da Predominância do Interesse,* que é disciplinado no próprio parágrafo segundo do descrito art. 24 da Constituição da República. Ou seja, tal competência somente poderá ser exercida pelo Estado respeitando-se a posição da União diante do interesse em relação à matéria em discussão.

O dispositivo normativo que serve aqui como parâmetro para suplementação é o art. 43, parágrafo segundo do Código de Defesa do Consumidor. Observe-se:

> *A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicado por escrito ao consumidor quando não solicitada por ele.*

De plano se percebe que o legislador federal já tratou *in totum* da matéria e questão pretendida pelo legislador estadual, estabelecendo a necessidade de comunicação formal e por escrito ao consumidor quando não seja ele o solicitante. Se o legislador quisesse impor ao responsável pela negativação a exigência de obter comprovação de recebimento de tal comunicação formal, o teria feito neste mesmo dispositivo. Se não o fez, é porque teve suas razões, e não poderá o legislador estadual fazê-la. A idéia de competência suplementar foi pensada para os *vazios* e *lacunas* da legislação federal, e não para ser utilizada a bel prazer do legislativo estadual, operando interpretação ampliativa de dispositivos legais já existentes. O Estado, dúvidas não há, arvorou-se, no presente projeto de lei, em legislar com exorbitância de sua competência constitucional, adentrando em matéria de interesse federal.

Conforme explica José Afonso da Silva, "'*o princípio geral que norteia a repartição de competência entre as entidades componentes do Estado federal é o da predominância do interesse, segundo o qual à União caberão aquelas matérias e questões de predominante interesse geral, nacional, ao passo que aos Estados tocarão as matérias e assuntos de predominante interesse regional,* [..}". Não está, pois, o Estado autorizado a legislar sobre matérias cujo interesse ultrapassam as suas fronteiras.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de impingir limites a competência concorrente-suplementar dos Estados. Veja-se:

> *"O art. 24 da CF compreende competência estadual concorrente não-cumulativa ou suplementar (art. 24, § 2º) e competência estadual concorrente cumulativa (art. 24, § 3º). Na primeira hipótese, existente a lei federal de normas gerais (art. 24, § 1º), poderão os Estados e o DF, no uso da competência suplementar, preencher os vazios da lei federal de normas gerais,* ***a fim de afeiçoá-la às peculiaridades locais*** *(art. 24, § 2º); A Lei 10.860, de 31/8/2001, do Estado de São Paulo foi além da compet~encia estadual concorrente não-cumulativa e cumulativa, pelo que afrontou a Constituição Federal, art. 22, XXIV, e art. 24, IX, § 2º e § 3º".* (ADI 3.098, Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 24-11-05, *DJ* de 10-3-06 - grifos).

Por decorrência, princípios tradicionais como o da *hierarquia da leis,* da *afetação federativa,* e *supremacia da União sobre os Estados* também são afrontados pela proposta em análise. O objetivo, sem sombra de dúvida, é evitar normatizações discrepantes dentro da própria federação que tratem de questões de interesse nacional ou geral e que possam oferecer risco à unidade federal Evidenciada, pois, a mácula material de inconstitucionalidade.

Outro ponto importante é considerar que quando o projeto de lei estabelece como alcance o SPC e a SERASA refere-se a empresas privadas prestadores de serviço. Muito embora sejam consideradas como *entidades de caráter público* pelo parágrafo quarto do artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, tais empresas não perdem, por tal condição, sua característica e personalidade jurídica de entes privados. E quanto a este ponto também vislumbramos problemas no presente autógrafo de projeto de lei. Vejamos antes o dispositivo:

> *Art. 43 O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.*
>
> */…/*
>
> *Parágrafo Quarto. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público. (Código de Defesa do Consumidor).*

O *caráter público* dos *bancos de dados* não torna em nenhum momento tais empresas privadas em empresas de feição pública. O caráter público é antes disso uma vinculação legal que impõe as empresas compromisso de publicidade e de permissibilidade de acesso dos consumidores inscritos a informações de cadastro. Tal leitura se torna necessária até mesmo por conta de técnica legislativa: não percamos de vista que tal condição é prevista no parágrafo que é subserviente ao caput do artigo, que trata de publicidade e acesso às informações. Isto é, conceber o SPC e a SERASA como entidades de caráter público de modo algum autorizariam a ingerência por parte do Estado para estabelecerem procedimentos operacionais não especificados pelo legislador federal e que ainda geram ônus e custos às empresas.

Benjamim corrobora o entendimento de que o caráter público de tais bancos de dados está mesmo voltado para o amplo acesso de consumidores a informações, o que respaldaria até mesmo uma ação específica neste sentido. Além disso, explica que a idéia de *banco de dados* é ampla e alcançaria os cadastros internos de empresas em geral. Veja-se:

> *Para fins de habeas data, os bancos de dados, os SPC's, os cadastros e quaisquer outros organismos que coletem, guardem ou armazenem informações sobre consumidores são considerados entidades de caráter público. É bom ressaltar que tal qualificativo aplica-se aos bancos de dados, SPC 's por exemplo, assim como aos cadastros internos das empresas, mesmo que terceiros, além de seu detentor, não possam fazer uso deles. Com tal assimilação, cria-se o habeas data de consumo, ação própria para garantir o acesso do consumidor aos dados sobre ele arquivados, bem como para retificar o assento, nos exatos termos do art. 5º, LXXII, da Constituição Federal.*

Com isso vê-se o quão abrangente torna-se a o art. 1º do projeto de lei em exame que prescreve que *ficam obrigados o SPC, a SERASA, e <u>quaisquer outros órgãos de banco de dados</u> ou de cadastros negativos a comunicar, por escrito, através de carta registrada na modalidade Aviso de Recebimento - AR, da sua inscrição em seus arquivos de dados de restrição de crédito, no âmbito do Estado de Santa Catarina (...).* Poder-se-ia entender que até mesmo os setores de cadastros internos das empresas em geral poderiam ser abrangidos pelo presente projeto de lei. Sem perder de vista que a SERASA é uma sociedade anônima, de abrangência nacional. De fato, estamos diante de manifesta intervenção do Estado em segmento privado da economia.

O autógrafo em exame impõe obrigações operacionais a empresas privadas, que não somente o SPC e SERASA S/A, e que fere diretamente o *princípio da livre iniciativa,* além do que, tal obrigação onera o trabalho realizado por tais empresas. A livre iniciativa é das pilastras entrais do Estado Democrático de Direito proclamado pela Constituição Cidadã de 1988, e não por acaso, tal disposição encontra-se no art. 1º da Carta Magna. Por conta disso é que as empresas recebem proteção constitucional contra ingerências interventivas excessivas e desmotivadas do Estado, Veja-se o art. 170 da Constituição Federal:

> *"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. observados os seguintes princípios:*
>
> *...omissis...*
>
> *Parágrafo Único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentementede autorização de órgãos públicos, salvo nos casos*
>
> *previstos em lei"*

Talvez o mais intrigante seja atinente ao fato, já mencionado, de o projeto de lei estadual objetivar "complementar' a legislação federal. Quanto a este ponto cabem ponderações um pouco mais detidas.

Inicialmente, cumpre registrar que o dispositivo não é suficientemente claro quanto ao *destinatário* da norma, isto é, em relação a quem deva fazer a comunicação por escrito ao consumidor quando da inscrição. Pelo projeto de lei em exame, o Estado perpetra uma indevida presunção, não praticada pelo legislador federal, de que o obrigado a realizar a comunicação devam ser os organismos de crédito, quando a própria jurisprudência entende diferentemente, apontando o credor requerente da negativação como o responsável .Veja-se:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO E MANUTENÇÃO INDEVIDAS DO NOME DO DEVEDOR NO CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA - APLICAÇÃO DO § 2º DO ARTIGO 43 DO CDC - PREJUÍZO PRESUMIDO - DEVER DE INDENIZAR CARACTERIZADO - RECURSO PROVIDO

Portanto, errônea foi a <u>atitude do Banco apelado de inserir o nome do apelante no rol dos inadimplentes, sem a devida notificação prévia</u>, sobrevindo, dessa forma, o dever de indenizar. (Apelação cível n. 2005.027097-0, de Araranguá; Relator: Jorge Schaefer Martins; Data da Decisão: 31/10/2005).

Comete ilícito indenizável <u>aquele que indevidamente promove a inserção do nome de alguém em lista de inadimplentes de órgãos de proteção ao crédito,</u> tais como Serasa, SPC e Cadin, sem a prévia notificação, *ex vi* do art. 43, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor. (ACV n. 2002.027120-4, de Concórdia, rel Des. Marcus Tulio Sartorato, j. 24/7/2005)

De regra, como visto, o obrigado segundo a lei federal e a interpretação jurisprudencial seria o solicitante da negativação e não a empresa prestadora de serviço de proteção ao crédito (SPc, SERASA, etc.). Além do que, como já dito, se apresenta como descabido, em ferimento ao *Princípio da Hierarquia das Leis,* lei estadual estabelecer procedimento operacional não desejado pelo legislador federal. Se ele realmente o quisesse, faria a exigência de comprovação por A.R. no próprio parágrafo segundo do artigo 43 do CDC.

Deve-se considerar que o legislador federal não tenha previsto a exigência de comunicação escrita com comprovação de recebimento talvez por considerar um possível risco à garantia de sigilo de informações e de conseqüente constrangimento do consumidor ao eceber esse tipo de correspondência - que se sabe, nos dias atuais, poderia ser entregue, no caso de AR ate mesmo ao porteiro do prédio do negativado, que poderia tirar conclusões lógicas pelo remetente de tal correspondência ser o SPC ou SERASA.

A própria doutrina entende que a comprovação de recebimento não é obrigatória segundo o CDC, devendo, talvez em nome do bom senso, ser medida apenas de cautela. Veja-se:

> *A comunicação ao consumidor tem que ser 'por escrito'. Ou seja, não cumpre o ditame da lei um telefonema ou um recado oral. A forma escrita não exige maiores formalidades. <u>Não se trata de 'intimação'</u>. É uma simples carta, telex, telegrama ou mesmo fax. Sempre com demonstrativo de recebimento, <u>como cautela</u> para o arquivista. (grifos).*

Como dito pelo autor, não era o objetivo do legislador federal transformar a comunicação escrita da negativação numa *<u>intimação</u>* ou algo que o valha. Muito menos obrigar as empresas a procederem tais comunicações por meios específicos e onerosos. Basta que as empresas, segundo o CDC, procedam a comunicação por seus próprios meios, inclusive a certificação de recebimento, que não precisaria ser necessariamente o AR.

Não obstante a inconstitucionalidade material já constatada, outro aspecto do presente autógrafo de projeto de lei merecedor de exame é referente ao fato de que tal norma estabelece obrigação procedimental a empresas privadas sem estabelecer qualquer tipo de sanção no caso de seu descumprimento. O projeto de lei, de tal forma, apresenta-se como norma sem cogência e imperatividade pois propõe-se a regular relação jurídica com imposição de obrigatoriedade sem possuir caráter de instrumentalidade, ou seja, de poder ser manejada pejo cidadão que eventualmente viesse a se sentir lesado por prática ali vedada - visando penalização de possíveis empresas descumpridoras da norma. Além de afrontar a melhor técnica legislativa, se mostra como instrumento sem finalidade prática no mundo jurídico.

Por todo o exposto é que se conclui estar o presente autógrafo viciado, merecendo, nos termos antes explicitados, ser vetado *in totum.*

Essa é a manifestação que submeto ao exame de Vossa Excelência.

Florianópolis, 09 de Maio de 2008.
Leandro Zanini
Procurador-Chefe da Consultaria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
PPGE nº 3125/084

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei nº 151/07 que dispõe sobre a prévia notificação, com Aviso de Recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito.
Interessado: Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0184/08,** às fls. 54/59, da lavra do Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Leandro Zanini.
Encaminhe-se à Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação.
Florianópolis, 12 de maio de 2008.

SADI LIMA
Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 151/07

Dispõe sobre a prévia notificação, com Aviso de Recebimento, dos consumidores a serem inscritos em instituições de proteção ao crédito.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:
Art. 1º Ficam obrigados o SPC, a SERASA e quaisquer outros órgãos de bancos de dados ou de cadastros negativos, comunicar o consumidor, por escrito, através de carta registrada na modalidade de Aviso de Recebimento - AR, da sua inscrição em seus arquivos de dados de restrição de crédito, no âmbito do Estado de Santa Catarina.
Art. 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais, em seus arquivos de consumo, somente poderão ser efetuados após a confirmação do recebimento, pelo consumidor, da comunicação.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2008
Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário
Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 062/08
Associação de Pais, Funcionários e Amigos do CERJ
Ofício nº 009/2008

Joinville, 08 de maio de 2008.

Da: Associação de Pais, Funcionários e Amigos do CERJ
Para: Ilmo. Sr. Julio Garcia
Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Prezado Senhor,
Pelo presente ofício, estamos remetendo a nossa documentação, referente ao exercício do ano de 2007.
Em anexo segue:
1) Demonstrativo da Receita/Balanço
2) Relatório de Atividades - 2007
3) Atestado de funcionamento
4) Prova de mandato/Ata da Eleição
Atenciosamente,
Isolde da Costa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/05/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 063/08
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE
Sínodo Vale do Itajaí
Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
89107-000 POMERODE - SC

Pomerode - SC, 28 de Abril de 2008.

À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
A/C Deputado Júlio Garcia - Presidente
Palácio Barriga Verde
Rua Doutor Jorge Luiz Fontes, 310
88020-900 - Florianópolis - SC

A associação Hospitalar e Educacional de Pomerode, ex-Paróquia Evangélica de Rio do Testo, sediada na Rua Hermann Weege nº 2727 - Centro - 89107-000 - Pomerode - Santa Catarina, vem apresentar o relatório de atividades, cópia do balanço, cópia do estatuto em vigor e declaração registrada em cartório do estatuto e das últimas alterações estatutárias, e deque não está remunerado por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, relativos ao ano exercício de **2007**, face a sua condição de entidade Declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, conforme Lei nº 2.985 de 23 de dezembro de 1961.
Atenciosamente,
Dieter V. Raduenz - Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 21/05/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 064/08
Associação Passos de Integração
Ofício nº 059/08 - Coordenação

Itajaí, 15 de maio de 2008.

À
Assembléia Legislativa de Santa Catarina
A/C Deputado Julio Garcia
Nesta
Prezados Senhores,
Anexo encaminhamos documentos conforme abaixo:
- Relatório Circunstanciado do ano de 2007.
Cordialmente,
Mara Marli Gonçalves
Assistente Administrativo

Lido no Expediente
Sessão de 21/05/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 065/08
REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE JOINVILLE
Joinville, 19 de maio de 2008.
CCRF 072/08
Exmo. Sr.
Júlio Garcia
MD Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Coordenadoria de Expediente - sala 14
Ref. Relatório Anual de Atividades 2007 e documentos atualizados da Rede Feminina
A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Joinville, vê-se legalmente comprometida a relatar suas realizações e metas atingidas a cada exercício findo.
Visando atender a determinação acima, encaminhamos o Relatório Anual 2007 que relata com transparência a administração do exercício e documentos atualizados.
Esperamos continuar mantendo nosso título de utilidade pública estadual.
Na oportunidade apresentamos nossos cumprimentos e agradecemos a atenção que nos for concedida.
Cordialmente,
Riele Manteufel Moreira - Presidente
Odete de Nova Cardozo - 1ª Secretária

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 066/08
CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA - CERENE

Blumenau, Palhoça e São Bento do Sul, 29 de maio de 2008

Ao
Excelentissímo Sr. Deputado Estadual
Julio Garcia
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2007 - Prestação de Contas
APOIO PARA SUBVENÇÃO SOCIAL.
Caro Deputado:
Como entidade social deste estado, presente em três grandes regiões demográficas de SC (Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte Catarinense), **colocamos a disposição o nosso RELATÓRIO DE ATIVIDADES-2007.**
Visamos com este instrumento, visamos interá-lo com as principais atividades realizadas pelo CERENE, forma de atendimento, abrangência de atuação, perfil do público alvo, outros dados estatísticos e informações relevantes do público alvo, em sua grande maioria em situação de vulnerabilidade social.
Aproveitamos para destacar que o CERENE **atende e atinge direta e indiretamente, um contingente de mais de 33.000 pessoas por ano, conforme abaixo:**

Forma Atendimento	Direta	Indireta	Observação
Programa Internação/Tratamento	581	16.268	Cada dependente atinge em seu meio (família, trabalho, escola, vizinhança, etc.) em média 28 pessoas, conforme OMS.
Programa Reinserção Social	62	1.736	Cfe acima.
Programa de Prevenção	14.182	0	Palestra e Programas em escolas, empresas, igrajas, associações, etc.

Colaboradores (funcionários) contratados (CLT)	66	198	Empregos diretos, beneficiado indiretamente os dependentes destes (familiares)
Sub - Totais	**14.891**	**18.202**	
Total Pessoas	**33.093**		Ano base: 2007 (Fonte: Relatório de Atividades CERENE 2007)

Contamos com seu apoio, para que mais pessoais possam ser atendidas e resgatadas das drogas. Em especial, **seu apoio para obtenção de verbas de subvenção, oportunizando que mais pessoas possam ser atendidas.**

MAURÍCIO ROSSA
Coordenador Administrativo - ADM. CENTRAL
EGON SCHLÜTER
Coord. Captação de Recursos - ADM. CENTRAL
Lido no Expediente
Sessão de 27/05/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 067/08

ONG SÃO ROQUE
Blumenau, 28 de abril de 2008.
Of. nº 2235/08
À
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Prezados(as) Senhores(as),

Cumprimentando-o cordialmente, a ONG São Roque encaminha em anexo o Relatório Circunstanciado de Atividades referente ao ano de 2007, bem como cópia das seguintes documentações: Certificado de Filantropia com protocolo de renovação, Atestados de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal, Atestado de Registro no Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho Municipal de Assistência Social, Atestado de Funcionamento expedido pelo Conselho Municipal de Assistência Social, Ata de alteração Estatutária e Registro em cartório, Ata de Eleição da última Diretoria, CNPJ, Balanço Geral e Demonstrativo de receita e despesas do exercício de 2007 e publicação em jornal de grande circulação.

Na expectativa de estarmos de acordo com vossas exigências, ficamos aguardando posicionamento e reiteramos protestos de elevada consideração.

Respeitosas saudações.

Eduardo Fogaça Olivier
Diretor Presidente ONG São Roque

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/08

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1013, de 20/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0791/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **VERA LUCIA CARDOSO**, matrícula nº 1600, por 15 (quinze)dias, a contar de 26 de abril de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral
Republicada por incorreção

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1015, de 27/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 018/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1016, de 27/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 019/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
1998	Bernadete Albani Leiria	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1017, de 27/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Diretoria de Recursos Humanos MARIA IDALINA LEMOS BOHM**,** matrícula nº 118971-9-1 servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Educação, colocada à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 1815, de 28 de agosto de 2007, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1018, de 27/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JUVENAL LINO MACHADO**, matrícula nº 2174, ocupante do cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-41, na DRH - Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1019, de 27/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Vanessa Andrade	4615	3%	3%	17/04/08	688/08
Erledio Pedro Pering	4654	3%	3%	30/04/08	735/08
Emanuelle Rocha Franzoi	4647	3%	3%	02/05/08	736/08
Miriam Stori Barbisan	4658	3%	3%	30/04/08	738/08
Viviane Cristina N. de Souza Mauro	4650	3%	3%	30/04/08	739/08
Diana Aparecida Gomes de Oliveira	4573	3%	3%	01/05/08	740/08
Paulo Leonardo Eula Ferreira	4652	3%	3%	30/04/08	741/08
Ana Maria Garibotti	1832	3%	30%	14/05/08	781/08
Flavio Pittigliani Vieira	1194	3%	36%	13/05/08	782/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1020, de 27/05/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Qüinqüênio		Processo nº
2686	Carlos José Mortari	13/06/01	12/06/06	682/08
2201	Luciane Dutra Meurer	10/06/01	09/06/06	683/08
1873	Carmen Lúcia Marian Souza	11/08/02	10/08/07	684/08
1524	José Paulo Pereira da Silva	02/08/02	01/08/07	685/08
0313	Maria Selma da Silva Fonseca	09/04/01	08/11/07	687/08
1746	Florindo Testoni Filho	07/04/03	06/04/08	743/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI N. 143/08

Declara de utilidade pública a Associação Regional Esportiva Cultural de Judô - ARECJ, com sede no município de Joaçaba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional Esportiva Cultural de Judô - ARECJ, com sede no município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprido os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente
Sessão de 27/05/08

JUSTIFICATIVA

Levo à consideração dos Senhores Deputados o projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação Regional Esportiva Cultural de Judô - ARECJ, com sede no município de Joaçaba.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, apolítica, autônoma, de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

É uma associação de praticantes e aficionados do judô, tendo como objetivo precípuo o aprimoramento do referido esporte em todas as suas categorias, pelo treinamento de atletas, alunos-aprendizes, associados, congressos técnicos, preparação para competições, bem como para o lazer.

Assim, para dar prosseguimento a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja reconhecida de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI N. PL/0001.2/2008

O Projeto de Lei nº PL/0001.2/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Denomina 'Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero' o acesso a Penha, que liga a BR-101 à Rua Inácio Francisco de Souza, no Município de Penha.

Art. 1º Fica denominado Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero o acesso a Penha, trecho entrocamento da BR-101 (perímetro urbano de Penha - Km 0,0) - Entroncamento da Avenida Antônio Krause/Rua Inácio Francisco de Souza (perímetro urbano de Penha - Km 9,9), no Município de Penha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Gelson Merísio

Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 21/05/08
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 21/05/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 001/08

Denomina Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero o acesso a Penha, que liga a BR-101 à Rua Inácio Francisco de Souza, no Município de Penha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Rodovia João Batista Sérgio Murad - Beto Carrero o acesso a Penha, trecho entrocamento da BR-101 (perímetro urbano de Penha - Km 0,0) - Entroncamento da Avenida Antônio Krause/Rua Inácio Francisco de Souza (perímetro urbano de Penha - Km 9,9), no Município de Penha.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 007/08

Dispõe sobre a compensação social em municípios que abrigam estabelecimentos prisionais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo estadual facultado a conceder incentivos fiscais e promover obras compensatórias a municípios que sejam sede de penitenciária, colônia agrícola, industrial ou similar, cadeia pública e locais de internação de jovens para cumprimento de medidas sócio-educativas.

Art. 2º As obras compensatórias deverão beneficiar, no mínimo, três vezes o número de pessoas que os estabelecimentos prisionais abrigarem no município.

Art. 3º A implantação do estabelecimento prisional dependerá de estudos de viabilidade e de impacto social, econômico e ambiental.

Parágrafo único. Os estudos de impacto deverão estar concluídos antes do início das obras do estabelecimento prisional.

Art. 4º Realizados os referidos estudos e identificadas as obras compensatórias a serem realizadas e os incentivos fiscais concedidos, deverão estes ser repassados e aquelas concluídas juntamente com o estabelecimento prisional que lhes deu causa.

Art. 5º Os estabelecimentos prisionais de que trata o art. 1º não poderão entrar em funcionamento antes das medidas compensatórias.

Art. 6º A opinião pública da localidade será levada em consideração, por meio de realização de audiência pública acessível à população do respectivo município e promovida pelo Conselho Popular da circunscrição.

§ 1º O Conselho Popular será composto por três membros da sociedade civil, um membro do Ministério Público, um membro do Poder Legislativo, um membro do Poder Executivo, um membro das autoridades policiais civil e militar e um membro das entidades religiosas, todos da localidade sede, e um membro do ente responsável pela implantação do estabelecimento prisional.

§ 2º As reuniões do Conselho Popular deverão ocorrer sempre em local público, precedidas de publicação de no mínimo três dias, comunicando à população a hora, o local e, se possível, a pauta de discussões.

Art. 7º Excluem-se dos efeitos desta Lei os estabelecimentos prisionais em fase de implantação, aqueles já em funcionamento e as prisões que fazem parte de quartéis e de delegacias de polícia.

Art. 8º Para se aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios que abrigam estabelecimentos prisionais no Estado de Santa Catarina, somente serão computados os detentos nascidos no local, excetuando-se aqueles provenientes de outros estados ou municípios.

Art. 9º A falta de cumprimento de qualquer uma das determinações desta Lei sujeitará o representante do Poder Executivo e seus subordinados diretos responsáveis pela implementação dos referidos projetos às sanções da Lei federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, independentementedas demais sanções civis e penais cabíveis.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***